

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
HISTÓRIA

Rodrigo de Lima Milagres

PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA: A MEMÓRIA  
DE ARARIBOIA EM NITERÓI E NA ILHA DO  
GOVERNADOR NO PERÍODO REPUBLICANO

Niterói 2023  
RODRIGO DE LIMA MILAGRES

POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA: A MEMÓRIA DE ARARIBOIA EM  
NITERÓI E NA ILHA DO GOVERNADOR NO PERÍODO REPUBLICANO**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História da  
Universidade Salgado de Oliveira, Campus  
Niterói, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr. Jayme Lúcio Fernandes  
Ribeiro

NITERÓI  
2023




## CIP - Catalogação na Publicação

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.


**RODRIGO DE LIMA MILAGRES**

### **“PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA: A MEMÓRIA DE ARARIBOIA EM NITERÓI E NA ILHA DO GOVERNADOR NO PERÍODO REPUBLICANO.”**


Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 03 de maio de 2023 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente  
 JAYME LUCIO FERNANDES RIBEIRO  
Data: 04/05/2023 08:41:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Prof. Dr. Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro**  
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente  
 MICHELLE REIS DE MACEDO  
Data: 03/05/2023 19:23:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Michelle Reis de Macedo**  
Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Documento assinado digitalmente  
 VIVIAN CRISTINA DA SILVA ZAMPA  
Data: 04/05/2023 11:32:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian Cristina da Silva Zampa**  
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente  
 NIVIA DA CONCEICAO POMBO  
Data: 04/05/2023 10:15:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nívia da Conceição Pombo**  
Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
(UERJ)  
**RESUMO**

A presença indígena na História padeceu de constantes apagamentos e silenciamentos, ainda que em certas localidades os sinais da lembrança estão mais evidentes. À vista

disso, a memória de Arariboia permanece viva no imaginário social de muitos moradores cariocas e fluminenses, e, por mais distante que se encontre no tempo, sua figura ainda move ânimos no tempo presente. Nesse sentido, essa pesquisa, ao valer-se da análise de periódicos publicados no início da Primeira República, de entrevistas, imagens e fotografias atuais, busca analisar aspectos da presença indígena em Niterói e na Ilha do Governador no período republicano, com ênfase na construção de uma memória política em torno do cacique temiminó Arariboia, na caracterização de aspectos da presença indígena nessas duas localidades, na identificação dos agentes sociais envolvidos na promoção dessa memória e nos possíveis interesses desses agentes nesse processo de enquadramento de memória.

**Palavras-chave:** Arariboia, memória, Niterói, Ilha do Governador.

### **Abstract**

The indigenous presence in History has suffered from constant erasures and silencing, although in certain locations the signs of memory are more evident. In view of this, the

memory of Arariboia remains alive in the social imagination of many residents of Rio de Janeiro and Rio de Janeiro, and, however distant it is in time, its figure still moves people in the present time. In this sense, this research, based on the analysis of periodicals published at the beginning of the First Republic, interviews, current images and photographs, seeks to analyze aspects of the indigenous presence in Niterói and Ilha do Governador in the republican period, with emphasis on the construction of a political memory around the Temiminó chief Arariboia, in the characterization of aspects of the indigenous presence in these two localities, in the identification of the social agents involved in the promotion of this memory and in the possible interests of these agents in this process of memory framing. Keywords: Arariboia, memory, Niterói, Ilha do Governador.

Keywords: Arariboia, memory, Niterói, Ilha do Governador.

*À minha filha Vitoria.  
Aos meus pais e irmãos.*

**Agradecimentos**

Agradeço a Deus que me deu força, saúde e espírito de perseverança para continuar meus estudos.

Aos meus pais Carlos e Marli que me motivavam incondicionalmente, mesmo em idade avançada me ajudavam sem reservas;

À minha amada filha Vitoria pois o seu sorriso me deu forças.

Aos meus irmãos Fabio, Jorge, Carla, Flavinho e Maria Lúcia que nunca deixaram de me apoiar nas minhas escolhas.

Ao meu orientador Dr. Jayme Ribeiro que ajudou sobremaneira a enriquecer meus conhecimentos como pesquisador e que o tenho como amigo.

A todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH – UNIVERSO) que com esforço e dedicação contribuíram direta ou indiretamente para minha formação.

À professora Dra. Vivian Zampa, pelo apoio e carinho.

A todos os meus amigos e familiares que com suas palavras de apoio me ajudaram a perseverar.

### **Abreviaturas**

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



### Lista de imagens

<b>Imagem 1</b> – “A ascensão do índio no Brasil” .....	32
<b>Imagem 2</b> – Martim Afonso, Arariboia (cobra feroz), Chefe dos temiminós .....	44
<b>Imagem 3</b> – Antônio Parreiras. Fundação de Niterói, 1909. Óleo sobre tela. 200 x 300cm .....	45

<b>Imagem 4</b> – Fotografia Quadro “Arariboia” no Centro de Referência Histórica da Biblioteca municipal Euclides da Cunha em 05.08.2021. ....	
	68
<b>Imagem 5</b> - Verso do Quadro “Arariboia” no Centro de Referência Histórica da Biblioteca municipal Euclides da Cunha em 05.08.2021.....	68
<b>Imagem 6</b> - Fotografia da cerimônia de erguimento da Pedra Fundamental a Arariboia em 1965 .....	
	70
<b>Imagem 7</b> - Fotografia da estátua “Mãe D’água” tirada em 19 de janeiro de 2023 .....	
	71
<b>Imagem 8</b> - Fotografia da “Pedra da onça” tirada em 26.03.2022 .....	73
<b>Imagem 9</b> - Fotografia Participantes do Projeto “Rolê da Ilha” .....	75
<b>Imagem 10</b> – Fotografia da placa de rua “Estrada de maracajá” .....	76

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>12</b>
<b>Capítulo 1 – A nascente República e a construção da memória sobre Arariboia</b> .	<b>27</b>
1.1. O imaginário sobre o indígena na Primeira República .....	27
1.2. A memória e a construção do mito de Arariboia .....	
	31

<b>Capítulo 2 – A memória de Arariboia em Niterói a partir dos jornais <i>O Fluminense</i> e <i>A notícia</i> .....</b>	<b>39</b>
2.1. Arariboia no jornal <i>O Fluminense</i> .....	39
2.2. Arariboia no jornal <i>A Notícia</i> .....	49
<b>Capítulo 3 – A memória de Arariboia e indígena na Ilha do Governador a partir de entrevistas e fotografias entre moradores locais .....</b>	<b>52</b>
3.1. As entrevistas .....	52
3.2. As fotografias .....	65
<b>Conclusão .....</b>	<b>80</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>83</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>85</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>90</b>
Anexo 1 - Cadastro de Sítios Arqueológicos do IPHAN: Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha .....	90
Anexo 2 - Cadastro de Sítios Arqueológicos do IPHAN: Sambaqui do Galeão .....	91
Anexo 3 – Matéria do jornal <i>Ilha Repórter</i> : Sambaqui do Galeão .....	92
Anexo 4 – Ficha de cessão de Direitos sobre o Depoimento Oral .....	93
Anexo 5 – Modelo de Questionário entregue a moradores da Ilha do Governador .....	94
Anexo 6 - Modelo de Questionário entregue a moradores da Ilha do Governador (verso) .....	95

## Introdução

No dia 16 de novembro de 2022 o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso da Convenção Mundial do Clima (COP – 27) no Egito, anunciou a criação do Ministério dos Povos Originários. Nas palavras do presidente: “Vamos criar o Ministério dos Povos Originários para que os próprios indígenas garantam a sua segurança, paz e sustentabilidade. Os povos originários devem ser protagonistas de sua preservação<sup>1</sup>”. A criação desse ministério parece expressar os anseios da população indígena brasileira e dos especialistas que labutam nas academias e institutos visando a compreender e a valorizar a trajetória desses povos. Chamam atenção na fala do presidente as palavras protagonismo e povos originários, pois tratam-se de expressões presentes na ordem do dia do que se convencionou chamar a nova história indígena.

Em que pese a extrema violência física e cultural imposta pelos colonizadores europeus aos indígenas que habitavam o litoral brasileiro, esses povos conseguiram sobreviver. Segundo censo do IBGE de 2010, a população indígena do Brasil era de 896.817 indígenas, dos quais 572.083 viviam na zona rural e 324.834 habitavam a zona urbana brasileira. Esse número, sobremaneira expressivo, evidencia a resiliência desses povos, posto que, apesar de, durante séculos, terem enfrentado danosas tentativas de apagamentos e morticínio, insistem em subsistir, contrariando a ordem colonialista.

Quando estudamos História do Brasil Colonial, somos levados a valorizá-la a partir da chegada dos europeus. Todo o passado pré-cabraliano é praticamente ignorado. Os indígenas, quando aparecem, são apresentados ora como vítimas passivas de uma colonização, ora como heróis romantizados convertidos ao cristianismo, refletindo uma visão idealizada acerca de seus papéis como agentes históricos. Um heroísmo sempre atrelado à utilidade para a consolidação do modelo de civilização europeia.

Nesse sentido, a presente pesquisa, à medida que examina a memória de Arariboia e indígena entre os moradores de Niterói e da Ilha do Governador na atualidade, vem propor uma reflexão acerca do papel dos povos indígenas na História do Brasil. Para isso, dada a variedade de fonte utilizadas (periódicos, entrevistas e fotografias), foi necessário lançarmos mão de mais de um recurso metodológico, a saber: a análise de periódicos produzidos na Primeira República, mais especificamente, dos jornais *O Fluminense* e *A Notícia*, no período de 1880 a 1920, a História Oral e o método histórico semiótico proposto por Ana Maria Mauad para análise das fotografias.

A Dissertação é composta de três capítulos. No primeiro capítulo “A nascente República e a construção da memória sobre Arariboia”, buscaremos identificar a conjuntura na qual certos agentes dedicaram-se a promover a memória do cacique Arariboia entre a população fluminense. No segundo, “A memória de Arariboia em Niterói a partir dos jornais *O Fluminense* e *A Notícia*”, analisaremos a maneira com a qual esses dois periódicos republicanos contribuíram para promoção da memória de Arariboia, e, no terceiro, “A memória de Arariboia e indígena na Ilha do Governador a partir das entrevistas e fotografias entre seus moradores”, teremos por objetivo compreender a maneira com a qual os moradores daquela Ilha do Governador se

---

1 Matéria publicada no site da Associação de jornalismo Digital no dia 16 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/lula-anuncia-ao-mundo-ministerio-dos-povos-originarios-em-discurso-no-egito/>>

relacionam com a memória de Arariboia e os temiminós.

Outrossim, optamos por, já nessa parte da pesquisa, registrar aspectos da ocupação humana do entorno da Baía de Guanabara a fim de situar o leitor no espaço e no tempo analisados. Logo, temos que essa porção de terra que chamamos Baía de Guanabara e que abriga as duas localidades ora objetos de pesquisa — Niterói e Ilha do Governador — foi habitada, primeiramente, pelos chamados sambaquieiros. Em seguida vieram os grupos tupi-guarani. Até que, no século XVI, aportaram os colonizadores europeus.

Dessa forma, a história da ocupação humana da região da Baía de Guanabara remonta a um período anterior à presença tupinambá. Calcula-se que os primeiros agrupamentos humanos tenham se instalado há cerca de 6550 anos<sup>2</sup>, ou seja, período correspondente à antiguidade do Rio de Janeiro. Os sambaquis são vestígios da presença destes grupos, e, apesar de não serem as provas da ocupação mais antiga do território brasileiro, constituem vestígios importantíssimos para a compreensão do funcionamento de sociedades primitivas que ocuparam a costa brasileira. Assim:

No sambaqui ocorreria a associação espacial de três importantes domínios da vida cotidiana: o espaço da moradia, o local dos mortos e o de acumulação de restos faunísticos relacionados com a dieta de seus construtores.<sup>3</sup>

Através de diversas datações obtidas por todo país, é possível situar os sambaquis num período de tempo que vai de 6.000 a. C. a 1000 d.C. A pesquisadora do Museu Nacional, Madu Gaspar assim define:

Sambaqui é uma palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da costa brasileira quando os europeus iniciaram a colonização. *Tamba* significa concha e *Ki* amontoado, que são as características mais marcantes desse tipo de sítio.<sup>4</sup>

Acerca dos locais onde os povos sambaquieiros costumavam se assentar, temos que “estes sambaquis ou concheiros estão quase sempre localizados nas regiões de grandes baías e ao longo de mangues, próximo a afloramentos rochosos”.<sup>5</sup> A fim de garantir o abastecimento do grupo, esses homens estabeleciam seus assentamentos em locais estratégicos onde pudessem obter alimentos todos os dias e durante o ano todo. Madu Gaspar, em concordância com essa teoria, acrescenta que “os locais prediletos de implantação dos sítios são áreas de interseção ambiental. Próximos de enseada, canal, rio, laguna, manguezal e floresta...”<sup>6</sup> Essas características coincidem com a geografia da Ilha do Governador que, além de estar dentro da Baía de Guanabara, possui “relevante marcado por colinas numerosas, arredondadas, com declividades variáveis...”<sup>7</sup> e abriga diversos manguezais. Esse fator geográfico ajuda a explicar a grande quantidade de sambaquis encontrados no litoral do Rio de Janeiro até início do século XX.

2 IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro, 2ed: Maua x, 2013.

3 GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

4 GASPAR, *Sambaqui ...* p.9.

5 PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 605p. 1991.

6 GASPAR, *Sambaqui ...* p.42.

7 IPANEMA, *História da Ilha do Governador ...* p. 25.

Em relação à morfologia, “a maior parte dos concheiros apresenta forma aproximada de uma calota, formando morros artificiais”<sup>8</sup>, e suas dimensões podem variar entre algumas dezenas de metros de diâmetro na base e altura quase sempre superior a dois metros. Um acampamento inicial instalava-se perto da água e, eventualmente, do mangue, mas em terreno seco; os detritos (sobretudo conchas) eram despejados ao redor até formarem uma elevação anular que podia impedir a ventilação e a eliminação do mal cheiro. Essa escolha estratégica favorecia o estabelecimento do grupo no local. Assim:

Se o mar estivesse bravo ou se o peixe não encostasse, o alimento poderia ser conseguido nas lagunas ou no mangue. As matas garantiam uma eventual caça e uma série de frutos e sementes. A ocupação de pontos estratégicos permitia o acesso a diferentes ambientes, e, assim, o estabelecimento de uma população sedentária.<sup>9</sup>

Havia divergência entre alguns pesquisadores acerca da estratégia de sobrevivência dos sambaquieiros. Se eram nômades ou sedentários. Os que defendiam o nomadismo se apoiavam na ideia de que a base da dieta alimentar era o molusco e que a coleta intensiva terminava por exaurir esses recursos. Para eles, os sambaquis não consistiam em locais fixos de moradia. Assim, esses grupos ficavam obrigados a procurar outros lugares para se estabelecerem. Um exemplo desse tipo de interpretação podemos encontrar dos registros do IPHAN:

E, como podemos deduzir da descrição feita até o presente, tudo leva a crer que esses sítios possuíam uma ocupação irregular: ocupados sazonalmente, durante uma dezena de anos, foram abandonados quando se deu o esgotamento dos bandos de moluscos<sup>10</sup>

Em discordância com essa tese, Madu Gaspar afirma que “já se demonstrou que parte significativa da dieta se apoiava na pesca e só com a industrialização da atividade pesqueira é que esse recurso começa a se tornar escasso”<sup>11</sup>, e complementa esse raciocínio com a seguinte afirmativa “nem todas as análises de restos faunísticos constatarem a presença de indícios de exaustão de banco de moluscos ...”.<sup>12</sup> André Prous descreve a importância de cada atividade: da caça, da pesca, da catação de moluscos e crustáceos e, apesar de não estabelecer grau de relevância entre essas atividades, como fez Madu Gaspar, parece considerar a utilização do molusco como principal fonte de alimentação dos sambaquieiros. Assim, afirma: “são evidentemente os moluscos que impressionam mais os pesquisadores ...”,<sup>13</sup> e, acerca da atividade pesqueira, registra que “é natural que a pesca tenha sido uma fonte alimentar privilegiada nesse ambiente marinho, mas os ossos passam frequentemente despercebidos no meio do sedimento sujo”.<sup>14</sup>

8 PROUS, *Arqueologia brasileira* ... p. 207.

9 GASPAR, *Sambaqui* ... p.42.

10 REVISTA DO IPHAN nº 17 - 1969, p. 208

11 GASPAR, *Sambaqui* ... p.43.

12 GASPAR: *Sambaqui* ... p.43.

13 PROUS, *Arqueologia brasileira*, p. 258.

14 PROUS, *Arqueologia brasileira*, p.256.

Favorece a teoria do sedentarismo uma característica bastante interessante dos povos sambaquieiros, qual seja, a habilidade náutica. Os restos faunísticos de cultura sambaqueira encontrados em Ilhas, até mesmo distante da costa, é uma das provas de que esses homens eram exímios pescadores e nadadores. Nesse sentido, Gaspar observa que “a presença de peixes grandes entre os restos faunísticos inclusive de diferentes espécies de tubarão, indica destreza e familiaridade com as águas. Suspeita-se que pescavam em águas profundas”.<sup>15</sup>

Por muitos anos discutiu-se entre os arqueólogos acerca da origem dos sambaquis. As interpretações dividiam-se basicamente entre duas correntes: uma artificialista e outra naturalista. A primeira defendia que esse “acúmulo de conchas”, seria fruto de ação humana; e a segunda, advogava que tal acúmulo seria produzido pela ação do mar. Mostrou-se comprovada a teoria artificialista.

Esses “amontoados de conchas”, grosso modo, podem ser encontrados em grande parte da costa brasileira, todavia, salta aos olhos, a maneira como esses sítios sofreram com a destruição. Da imensa quantidade de sítios que existiam, pouquíssimos restam conservados no Rio de Janeiro.

Os temiminós, também chamados maracajás, eram o povo indígena que habitava a Ilha (do Governador) no início do século XVI, período que marca a chegada dos europeus na Baía de Guanabara. Muito pouco se sabe a respeito do povo temiminó, de modo que, a forma mais apropriada de entender algo sobre seu modo de vida é obtendo informações diretas pelos cronistas da época e por comparação com os tupinambás que possuíam a mesma raiz linguística e modos de vida bem parecidos.

Ademais, um fator significativo que contribui para a dificuldade em se estudar a trajetória desses povos originários, é a destruição dos sítios arqueológicos. Nesse sentido, fizemos um pequeno levantamento do número de sítios existentes na Ilha do Governador e constatamos que, das dezenas de sítios que existiam até a década de 1960, somente três constam como existentes no banco de dados do IPHAN. São eles: Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha (anexo 1), e Sambaqui do Galeão (anexo 2). O Sambaqui do Galeão foi encontrado acidentalmente em 2015 conforme registrado na matéria do anexo 3.

A origem do povo temiminó é praticamente desconhecida, de modo que, a pesquisadora Maria Regina Celestino Almeida indaga: “até que ponto seriam mesmo um grupo étnico ou um subgrupo tupinambá...”<sup>16</sup>. Para ela, os temiminós, muito provavelmente, correspondiam a um grupo que no momento da chegada dos europeus encontravam-se em guerra com os tamoios. É a partir de Varnhagem que se pode verificar a provável procedência comum entre temiminós e tamoios:

(...) chamavam-se a si, uns guaianás; outros que não queriam esquecer a sua procedência dos tamoios (avós), chamavam-se temiminós (netos), e outros finalmente chamavam-se tupinambás. Alguns dos vizinhos os tratavam, como se vê de Staden, por tupiniquins, ou quando contra eles assanhados e em guerra, por maracayás, ou Gatos bravos.<sup>17</sup>

Vê-se que os temiminós, assim se autodenominavam pois não queriam deixar cair no esquecimento sua descendência tupinambá. À vista disso, podemos acrescentar

15 GASPAR, *Sambaqui ...* p.48.

16 ALMEIDA, *Metamorfoses indígenas ...* p. 68.

17 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7ª ed., São Paulo e Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

em relação a esses nativos, o que afirmam José Ribamar Bessa Freire e Maria Fernanda Malheiros:

Transmitiam seu saber apenas por meio da palavra falada, própria da memória oral. Não deixaram, portanto, documentos escritos de identidade. Não tiveram oportunidade de se apresentar. Poucas vezes disseram como se autodenominavam. Quando o fizeram nem sempre foram entendidos.<sup>18</sup>

Conhecemos parte da História dos indígenas do século XVI através dos registros escritos, principalmente, por missionários e viajantes. Importante ressaltar que o termo “índio” não representa uma autodenominação dos povos nativos, mas uma categorização generalista produzida pelos colonizadores europeus do século XVI, para designar os seres humanos encontrados no Novo Mundo. Uma explicação detalhada do acontecimento que gerou a apropriação inadequada do termo encontramos no historiador Jacques Poloni-Simard, o qual registra:

Como Cristóvão Colombo pensava ter alcançado as Índias, ou pelo menos Cipango, diante da mítica Catai de que havia falado Marco Polo — cujo livro *Das maravilhas do mundo* lhe embalara os sonhos de chegar às riquezas do Oriente pela rota marítima direta —, o termo substituiu, embora se tenha percebido, após as numerosas expedições subsequentes à primeira viagem transatlântica, que as terras descobertas eram “um novo mundo” e que a tão procurada passagem para a Ásia, quando afinal foi encontrada em 1521, por Magalhães, dava para outro oceano. (...)

Para além dos debates e controvérsias sobre a humanidade das populações que, até o extremo fim do século XV, haviam permanecido fora de qualquer conhecimento dos europeus, sobre a origem delas diante da concepção cristã da História e sobre o seu lugar no pano divino da salvação, os habitantes daquelas terras foram, por sua vez, chamados de “índios”. Convém avaliar toda dimensão dessa denominação, inclusive, e sobretudo, para os nativos.<sup>19</sup>

Vê-se, então, que esse termo é extremamente genérico e incapaz de dar conta da imensa diversidade étnica de todos os diferentes povos que ocupavam o continente americano. A esse respeito, Freire e Malheiros descrevem:

Da mesma forma que o termo “europeu” agrupa povos tão diferentes — como os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e tantos outros —, o nome “índio” esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes, muitas não intercomunicantes entre si. Cada um possui sua própria cultura, seus costumes, seu jeito de ser e seu próprio nome.<sup>20</sup>

Endossam esse entendimento Maria Regina Celestino Almeida:

Trata-se, pois, de uma categoria criada pelos europeus, num contexto histórico específico de conquista e colonização, para designar uma

18 FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernandes Malheiros. *Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009.

19 POLONI-SIMARD, Jacques. “A América espanhola: uma colonização de Antigo Regime”. In: FERRO, Marc (Org.) *O livro negro do colonialismo*. Tradução Joana Angélica DÁvila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

20 FREIRE e MALHEIROS, *Aldeamentos indígenas ...* p. 11.



imensa variedade de grupos etnolinguísticos que habitavam as mais diversas regiões do nosso extenso continente. Astecas, incas, iroqueses, sioux, tupinambás, aimorés e tantos outros povos, com sociedades extremamente distintas em nível de complexidade, tornaram-se todos “índios” no final do século XV e início do XVI. <sup>21</sup>

Dessa forma, assim como outros povos, os nativos das Américas receberam denominação exógena e generalista. Nos estudos mais recentes, o termo índio tem sido interpretado como representativo da antiga visão cristalizada dos nativos à época da invasão europeia às Américas. Apesar das ressalvas à sua utilização e à consequente tendência ao desuso:

Este termo por um lado foi responsável, e de certa forma ainda é, por preencher o imaginário do senso comum com um conjunto de indivíduos homogêneos e praticantes de vidas similares, porém por outro lado, ele foi apropriado pelo movimento indígena brasileiro de forma positivada com a intenção de dar voz aos diversos povos existentes, chamando atenção para suas necessidades e apresentando-os como agentes de suas ações frente ao Estado brasileiro. <sup>22</sup>

Assim, considerando as compreensões dos próprios indígenas sobre os conceitos por eles ressignificados, pode-se hoje utilizá-los de forma positiva, bem como, problematizá-los em sala de aula.

O povoamento das Américas deu-se através do deslocamento de diversos troncos étnicos. Um deles foi o tronco tupi, de onde originaram-se as etnias que vieram a ocupar a região sudeste.

De acordo com a tradição mais comumente aceita para as migrações<sup>23</sup> tupinambás no Brasil, eles teriam saído da região norte e rumaram em direção à costa atlântica, estabelecendo-se por mais tempo em algumas regiões correspondentes aos estados do Maranhão e Bahia até chegarem por volta dos anos 500 d.C., ao litoral fluminense, na trajetória rumo ao sul. Segundo Carlos Fausto:

Há duas hipóteses concorrentes: a primeira, mais difundida, sugere que eles deixaram seu centro de origem na Amazônia, (...) atingiram o rio Paraguai e, a partir daí ocuparam a floresta subtropical e o litoral, de sul para norte. A segunda hipótese proposta por José Brochado, com base na análise de formas e estilos cerâmicos e na grotocronologia, inverte o sentido de deslocamento proto-tupinambá: ao invés de rumarem para o sul, via Madeira-Guaporé, eles teriam descido o Amazonas até a sua foz, expandindo-se em seguida pela faixa costeira em sentido oeste-leste, e depois norte-sul até terem sua expansão barrada pelos guaranis em São Paulo. <sup>24</sup>

E, sobre a chegada dos tupinambás à Baía de Guanabara, Cybelle de Ipanema afirma que:

A antiguidade do índio na Ilha do Governador é admitida em 1.000 a 1.300 anos, segundo Maria Beltrão, isto é, a presença no Rio de Janeiro

21 ALMEIDA, *Metamorfozes indígenas ...* p.48.

22 MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 — 1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

23 Vide imagem 2

24 FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

e nesta sua porção dataria do período dos anos 700 aos anos 1.000 de nossa era.<sup>25</sup>

Uma das formas mais usuais empregada pelos estudiosos para classificar os povos indígenas é a que diz respeito à língua que falam ou falavam. De todos os idiomas indígenas, o tupinambá era o que mantinha o maior número de falantes, espalhados por extenso território da costa atlântica. O interesse econômico de portugueses e franceses foi um dos fatores que os motivaram a aprenderem o idioma tupinambá. Atualmente, sabe-se que “o território do Rio de Janeiro foi habitado por povos que falavam pelo menos vinte idiomas diferentes, um deles não-classificado e os demais pertencentes a quatro famílias linguísticas”<sup>26</sup>. Os estudos já concluíram também que “a família ‘tupi’ ou ‘tupi-guarani’ compreendia mais de uma centena de línguas, faladas em áreas que pertencem atualmente ao Brasil e a alguns países hispano-americanos.”<sup>27</sup>. Dessa centena de línguas, pelo menos cinco delas eram faladas no Rio de Janeiro. Entre esses cinco povos encontravam-se os temiminós, além de tupinambás ou tamoios, tupiniquins, Ararapes e moromomis.

Os indígenas moravam em aldeias ou tabas as quais ficavam espalhadas por todo território do Rio de Janeiro quando os portugueses chegaram. A maior unidade política das populações indígenas era a aldeia. Segundo relatos de época, “a população de cada aldeia tupinambá variava entre 500 e 3.000 índios...”<sup>28</sup>. Na Ilha do Governador, existia, segundo Jean de Lery, cerca de 36 tabas, distribuídas em 5 aldeias, a saber: Paranapucuhy, Pindó-usú, Kuruké, Pirayijú e Corangá.

De acordo com a pesquisadora Maria Regina Celestino de Almeida, os temiminós foram os “principais protagonistas dos feitos posteriores da Guanabara”<sup>29</sup>, e, ainda que a historiografia tradicional tenha privilegiado, por anos, o papel desempenhado pelos colonizadores, atualmente os trabalhos acadêmicos têm buscado dar voz a novos agentes históricos.

De fato, não é difícil constatar que pouco se sabe e que são escassos os trabalhos sobre os temiminós. Mesmo na Ilha do Governador, atualmente, a maioria dos moradores desconhece o nome do povo que habitou o lugar antes da chegada dos europeus. Existe verdadeiramente a dificuldade de se estudar a história dos povos indígenas, pois eram sociedades ágrafas, por isso a inexistência de fontes escritas produzidas por eles. A aproximação da História com a antropologia e a incorporação de novas fontes documentais ensejou uma guinada extraordinária nos novos estudos de História indígena. Esta aproximação provocou ainda uma mudança no foco dos estudos sobre o período colonial que antes haviam privilegiado apenas o elemento europeu e possibilitou a constituição do que Jhon Monteiro (1995) denominou de Nova História Indígena. Nessa nova perspectiva, alguns historiadores, a fim de superar a carência de fontes, lançaram mão de fontes inovadoras como documentos oficiais, missivas de religiosos e relatos de viajantes.

É possível identificar aproximadamente o momento em que se começou a operar as trocas culturais que redundaram em mudanças significativas nos modos de vida dos temiminós. Pelos relatos, podemos verificar que essas relações de trocas, ocorriam, pelo

25 IPANEMA, *História da Ilha do Governador...* p. 6.

26 FREIRE e MALHEIROS, *Aldeamentos indígenas ...* p. 14.

27 FREIRE e MALHEIROS, *Aldeamentos indígenas ...* p. 14.

28 FREIRE e MALHEIROS, *Aldeamentos indígenas ...* p. 23.

29 ALMEIDA, *Metamorfoses indígenas ...* p. 57.

menos, desde os anos 1532, a partir de Martim Afonso de Souza. Serafim Leite, ao descrever a chegada, em 1564, da frota de Arariboia à batalha na Guanabara, afirma que o cacique era “amigo dos portugueses desde a época em que a terra de Piratininga fora desbravada”<sup>30</sup>. Ou seja, Leite registra que esses indígenas praticavam relações de colaboração desde um período bem anterior a 1564. Jean de Lery descreve, em pormenor, o encontro que teve com um prisioneiro temiminó quando em passagem pela Ilha (do Governador):

Doutra feita eu e mais quatro ou cinco franceses encontramos em uma aldeia dessa mesma Ilha Grande, chamada *Piranijú* um prisioneiro belo e robusto, metido em ferros adquiridos pelos selvagens aos cristãos. Aproximando-se de disse-nos em português (pois dois da nossa comitiva que falavam espanhol o compreenderam) que estivera em Portugal, era cristão e se chamava Antônio. Embora *margaiá*, sua estada em outro país lhe fizera perder o barbarismo e, por isso desejava que o libertássemos das mãos de seus inimigos<sup>31</sup>

O relato acima mostra que o prisioneiro encontrado por Lery havia, anos antes, recebido doutrinação católica, por isso reivindicava tratamento cristão perante os seus opressores. Assim, tanto o relato de Serafim Leite quanto de Jean de Lery constituem registro de que, desde os anos da empreitada colonizadora de Martim Afonso de Souza (1530-1532), os temiminós já vinham praticando transformação em seus hábitos e tradições. Importante observar que o caso do prisioneiro Antônio é bastante significativo, pois demonstra uma postura diversa daquela que os indígenas sempre demonstravam na condição de prisioneiro de guerra, que era justamente o destemor e a honra de morrer como guerreiro reconhecido pelos inimigos. Nesse caso em particular, Antônio, indígena convertido ao catolicismo, em vez de “esperar a morte com orgulho”, suplica para que Lery e seus companheiros o ajudasse a escapar daquela situação.

Dando continuidade à identificação desse processo de metamorfose indígena gerada no seio dos temiminós, procuramos selecionar entre os relatos de época, três momentos bastante ilustrativos dessa transformação, quais sejam, o momento em que os temiminós optam pela catequização e aldeamento, o casamento cristão de Arariboia e o recebimento das mercês oferecidas pelo Rei a Arariboia (nobreza local).

A escolha pelo aldeamento e pela catequização foi um divisor de águas na trajetória temiminó. Em 1557, tamoios e franceses invadiram a Ilha de Paranapuã, como era chamada a Ilha do Governador. Pouco antes, os temiminós já haviam se refugiado, estrategicamente, no Espírito Santo, onde foram aldeados. O padre Serafim Leite registra o momento em que ocorre a transferência dos temiminós para a capitania do Espírito Santo:

Um principal que chamam Maracajaguaçu, que quer dizer Gato Grande, que é mui conhecido dos cristãos, e mui temido entre os gentios, e o mais aparentado entre eles. Ele vivia no Rio de Janeiro, e há muitos anos que tem guerra com os tamoios, e tendo dantes muitas vitórias deles, por derradeiro vieram pôr em tanto aperto, com cercas, que puseram sobre sua aldeia e dos seus, que foi constrangido a mandar um filho seu a esta capitania e pedir que lhe mandassem embarcação para se vir, pelo aperto grande em que estava; porque ele

30 LEITE, Serafim, J. S. *Páginas da história do Brasil*. São Paulo. Nacional, 1937, p. 177.

31 LERY, Jean de (1534-1592). *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo. Edusp; Belo Horizonte; Itatiaia, 1980, p.160.

e sua mulher e seus filhos e os mais dos seus se queriam fazer cristãos.

32

Por intermédio dos padres Luís da Grã e Brás Lourenço, o líder Maracajaguaçu estabeleceu um acordo com o donatário Vasco Fernandes Coutinho que transportou os temiminós em quatro navios da Ilha de Paranapuã para a capitania do Espírito Santo, e, lá, fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição, a doze léguas da vila de Vitória. Certamente, o deslocamento dos temiminós para lá foi uma atitude estratégica já que viviam numa Ilha extremamente cobiçada, cercada de inimigos, e conseqüentemente alvo de constantes e violentos ataques. Ademais, a resposta portuguesa não tardou muito, e, já em 1565, Estácio de Sá iniciou a contraofensiva aos franceses e a tomada definitiva da Guanabara.

Importante enfatizar a relevância dessa decisão tomada pela liderança temiminó, pois trata-se de uma tomada de rumo que impactaria sobremaneira a história desse povo. Daquele momento em diante esses indígenas assumiriam nova identidade perante aquele cenário de guerras e alianças. Anteriormente tidos como “selvagens” passaram a súditos do Rei. Não foi uma decisão fácil nem apressada pois se direcionarmos nosso olhar para a trajetória do povo temiminó, desde os primeiros contatos até o aldeamento passaram-se aproximadamente vinte e cinco anos.

A obrigatoriedade do batismo e do casamento cristãos por parte da liderança indígena que aceitasse a proposta de aldear-se era critério exigido pela coroa portuguesa no processo de cooptação das elites indígenas. Segundo a historiadora Eliza Garcia: “O batismo era um parentesco ritual, capaz de criar laços entre grupos de níveis sociais distintos, enquanto o apadrinhamento funcionava como uma distinção entre os índios, (...) um importante elemento de hierarquia social”.<sup>33</sup>

Assim, tanto Arariboia quanto seu pai Maracajaguaçu tiveram que passar por esses sacramentos. A solenidade, segundo Leite, assim teria ocorrido:

Ao dia em que o haviam de casar veio ele, com toda sua potência, da sua aldeia mui galante, por seis canoas grandes e bem equipadas de gente luzidas, com grande festa. E da cidade saiu o capitão com toda a gente ao aguardá-lo ao porto; e daí o trouxe a Sé, onde ouviu missa e recebeu o Santíssimo Sacramento da mão do vigário, que o recebeu com toda solenidade.<sup>34</sup>

Dentre as estratégias criadas pelos colonizadores portugueses para obter a cooperação de grupos nativos estava a política de enobrecimento dessas elites locais. Nesse processo, o batismo, o casamento e o apadrinhamento tornavam-se recursos fundamentais para sua operação e a doação de imensos lotes de terras, pensões e cargos vitalícios eram distribuídos pela coroa portuguesa àqueles que prestasse favores, principalmente, como força guerreira contra invasores. Misael Penna afirma que Arariboia

Tornou-se tão notado neste e n`outros feitos que foi depois batisado com o nome de Martim Affonso de Souza e distinguido com o Grão de

32 LEITE, *Páginas da história do Brasil ...* p.233 – 234

33 GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesas*. 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

34 LEITE, *Páginas da história do Brasil ...* p. 143-144

Cavalleiro de Christo e com a tensa de 12\$000 a esse índio chefe da valente tribu dos Tupininés<sup>35</sup>

Dessa maneira, concluímos que Arariboia e os temiminós, souberam aproveitar o contexto de disputas coloniais criado naquele momento para reelaborar suas identidades de acordo com a conveniência. Nesse processo, abriram mão de seus valores, hábitos e costumes para obter regalias, prestígio e fazer frente nas guerras contra seus inimigos ancestrais. Essa metamorfose perpetrada por esses indígenas pode ser compreendida como uma forma de resistência adaptativa pois diz respeito à maneira com a qual certos grupos humanos elaboram estratégias visando alcançar seus interesses através de um pacto de troca mútua.

Nessa exposição introdutória, buscamos mostrar a trajetória indígena no que diz respeito à ocupação humana da Baía de Guanabara, com ênfase no povo temiminó que habitou as regiões da Ilha do Governador, Espírito Santo e, por último, Niterói.

Doravante, partindo da constatação de que, tanto a história quanto a memória indígena padece de apagamentos, e que historicamente os indígenas foram representados de forma genérica, objetivada e preconceituosa pelo olhar eurocêntrico da historiografia tradicional, essa pesquisa, à medida que analisa aspectos da memória do cacique temiminó Arariboia em Niterói e na Ilha do Governador, busca verificar, ainda, a ocorrência de discursos e narrativas marcadas por traços da colonialidade desde a época da Primeira República, tanto na imprensa quanto entre a população dessas duas localidades na atualidade.

De acordo com a historiografia, pode-se afirmar que é a partir da década de 1990 que a História Indígena Brasileira sofreu uma renovação, contribuindo para o avanço das pesquisas e para elaboração de trabalhos acadêmicos inovadores, convencendo-se a atual Nova História Indígena<sup>36</sup>. Nessa perspectiva, ocorre o rompimento com a visão tradicional que enfatizava a passividade dos povos indígenas e estabelece-se a visão que os vê como agentes históricos capazes de interferir nas suas realidades.

Uma gama de trabalhos, a partir daquele momento, ajudou a construir o novo panorama historiográfico. Segundo Jhon Monteiro: “os índios aceitaram o pacto de aliança com os brancos movidos principalmente pelas vantagens que obtinham nas lutas contra seus inimigos tradicionais”.<sup>37</sup>

Em 1991, Nádia Farage<sup>38</sup>, em trabalho inovador, demonstrou que a aplicação do Diretório<sup>39</sup>, legislação que equiparou juridicamente os indígenas aos demais súditos

---

35 PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Moreira, Maximínio e Cia., 1878, p. 47.

36 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

37 MONTEIRO, *Negros da terra* ... p. 17.

38 FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: Os Povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

39 Segundo Mauro Cezar Coelho, consistiu em um conjunto de dispositivos que pretendiam regular a liberdade concedida aos indígenas pela Lei de 6 de junho de 1755. Os parágrafos da Lei do Diretório dos Índios previam estratégias de inserção dos indígenas na sociedade colonial: aprendizado da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas, o incentivo aos casamentos mistos, envolvendo indígenas e brancos e a disseminação do trabalho agrícola, visto como fator econômico e civilizador. Artigo disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5444/3999>. Acessado em 20/04 2023.

portugueses, foi diretamente influenciada pela ação dos primeiros.

No ano de 1992, Manuela Carneiro da Cunha<sup>40</sup>, propôs a inclusão dos indígenas na historiografia e rompeu com uma visão tradicional que enfatizava a passividade dos povos indígenas frente aos processos de Conquista e expansão empreendidos pelos europeus.

John Manuel Monteiro, em 1994, atenta de forma pioneira para a articulação entre as bandeiras e a produção agrícola de São Paulo, pontuando que era a mão de obra escrava indígena, adquirida através dos apresamentos, das guerras movidas contra os nativos e dos descimentos<sup>41</sup>, que viabilizava a agricultura paulista. A contribuição mais importante de seu livro, porém, é o destaque dado ao processo de inserção dos indígenas na sociedade paulista, que variou da escravidão à condição de indígenas administrados. Com isso, John Monteiro deixou claro que os indígenas foram parte fundamental da formação sociocultural de São Paulo.

Ronaldo Vainfas<sup>42</sup>, em “A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial”, estabelece um diálogo que prima por uma perspectiva dos intercâmbios culturais. Ao analisar o movimento religioso da Santidade de Jaguaripe, ocorrida na Bahia da segunda metade do século XVI, o autor atenta para a clara mistura entre os rituais nativos e os elementos do catolicismo reconstruídos à luz do colonialismo, denotando, então, o hibridismo cultural característico da Santidade, que contava com o apoio de um senhor de engenho local. Além disso, Vainfas chama a atenção para a notável circularidade referente às crenças de tal movimento, que contou com a adesão não apenas de indígenas, mas igualmente de mamelucos, de negros e até de brancos, tendo incidido significativamente sobre a religiosidade popular do Recôncavo baiano quinhentista. Destacando também a fluidez das fronteiras culturais nesse contexto, que coincidia com a fluidez da própria colonização, Vainfas tem ainda o grande mérito de recuperar o caráter de resistência de tal movimento, uma vez que a Santidade de Jaguaripe representava a busca por uma identidade indígena que, paulatinamente, via-se atacada pelo avanço da colonização portuguesa.

As correntes historiográficas mais recentes têm valorizado os estudos decoloniais. De acordo com essa perspectiva, à medida que se apresenta como crítica à modernidade e ao capitalismo, propõe que é preciso resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos colonizados. De acordo com Álvaro de Azevedo Gonzaga<sup>43</sup>, o conceito de decolonialismo diz respeito a rever a história de países que tiveram colonização formal por nações ocidentais para desvinculá-la da produção de conhecimento eurocêntrica. Diferentemente de descolonialismo – que tem a ver com o fim da colonização, em si – o pensamento decolonial se refere a libertar o pensamento da forma de pensar universalizada pelo ocidente.

Outrossim, a nova interpretação sobre os povos indígenas não é mais enxergá-

40 CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo.: Companhia das letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

41 No período colonial, transporte para o litoral de indígenas preados dos sertões a ocuparem aldeamentos privados. (BOMBARDI, 2011, p. 2)

42 Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestre pela mesma Universidade em História do Brasil (1983), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo Autor de “A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial”

43 AZEVEDO, Álvaro de Azevedo. *Decolonialismo indígena*. São Paulo, 2 ed: Matrioska editora, 2002.

los como seres passivos ou meramente subjugados pelo colonialismo, mas notar que eles também participaram e participam da história, foram e ainda são protagonistas.

Não menos importante para elaboração dessa pesquisa foi lançarmos mão do arcabouço teórico-metodológico dos estudos da relação entre memória e História. Partimos do próprio conceito de memória, baseando-nos numa abordagem que valoriza sua significação estabelecida a partir das primeiras décadas do século XXI, que entende ser a maneira com a qual os grupos sociais fazem apropriações dos fatos históricos do passado produzindo suas próprias interpretações.

Um debate que se fez presente, principalmente, nas últimas décadas do século XX entre os historiadores, foi o que disse respeito à reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória. Se até pouco tempo atrás, na visão tradicional, pensava-se a história e a memória como campos do saber objetivos, onde a memória refletiria o que aconteceu na verdade e a história espelharia a memória, essa perspectiva demonstrou-se demasiado simplista em fins do século XX. Logo os historiadores perceberam que lembrar o passado e escrever sobre ele não consistia numa atividade tão inocente quanto se pensava. Daí, passaram a considerar a história e a memória como seleção consciente ou inconsciente, como interpretação e como distorção. Assim, “nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, como a interpretação e como a distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.”<sup>44</sup>

Além do conceito de memória, daremos importância a outros conceitos que dele derivam, a saber, “lugares de memória”, “enquadramento da memória” e “esquecimento”. Em “Memória e identidade social”, Michel Pollak elenca os elementos constitutivos da memória que são os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos vividos “por tabela”, os personagens e os lugares de memória (museus, arquivos, monumentos, cerimônias públicas). Os acontecimentos “vividos por tabela”, seriam aqueles em que a identificação com o passado é tão forte que as pessoas que não viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado; em segundo lugar tem-se a ideia de que a memória é constituída por personagens, uma vez que há sempre exemplos de indivíduos que personificam determinadas lembranças. Por fim, os “lugares de memória” podem ser “representados por museus, arquivos e monumentos”.<sup>45</sup>

Nesse sentido, essa pesquisa, à medida que resgata aspectos do legado indígena do povo temiminó em Niterói e na Ilha do Governador, vem propor uma reflexão acerca do processo de construção de memórias e da maneira como as populações dessas localidades compreendem a presença indígena na História do tempo presente

## **Capítulo 1: A nascente República e a construção da memória sobre Arariboia**

Então, é em toda sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições nenhuma outra

---

44 BURKE, Peter. “História como memória social.” In: BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-89.

45 POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 2112.

legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento.<sup>46</sup>

### 1.1. O imaginário sobre o indígena na Primeira República

Semelhantemente ao que aconteceu com a França logo após a Revolução de 1789, os líderes republicanos brasileiros empenharam-se em produzir novos símbolos que representassem os ideais do novo modelo de governo. A República estava se afirmando no cenário político do Brasil. Diversas personalidades à época percebiam o novo regime com desconfiança e até com hostilidade. Joaquim Nabuco via a República com grande carga de negatividade e estranheza. Pairava um clima de insegurança e de insatisfação com os caminhos que o regime monárquico decadente e a República recém-proclamada seguiam, desagradando a vários setores da sociedade. Os novos líderes sabiam que era preciso consolidar o modelo republicano no imaginário coletivo. Para tanto, construíram ícones para nortear a aceitação do regime e fomentar o rompimento com o passado monárquico, como a criação de uma nova bandeira, novos hinos e brasões.

José Murilo de Carvalho observa que essas lideranças se esforçaram em promover, por exemplo, “Deodoro e Tiradentes a heróis nacionais, assim como, buscaram glorificar a Constituição republicana de 1891<sup>47</sup>”. Em “A formação das almas”, o historiador registra como a figura feminina utilizada pelos revolucionários franceses, inicialmente como símbolo de liberdade, foi “transportada” para o Brasil e reproduzida em alguns veículos de imprensa com adaptações. Esse processo mimético refletiu o estado de euforia o qual se encontravam as elites republicanas no início dos anos 1900. Muitos periódicos do final do período imperial exploravam a figura do indígena em suas publicações, como o jornal o *Mequetrefe* e a *Revista Ilustrada*.

O indígena foi tratado, primeiramente, pelos caricaturistas, como pano de fundo para críticas ao imperador. Posteriormente, nas páginas de *O mequetrefe*, foi representado também como símbolo de renovação, de prenúncio de um Brasil do futuro, republicano, conforme aponta Aristeu Lopes. Durante o Segundo Reinado, o indígena se consolidou como representante da nacionalidade. Em seu trabalho<sup>48</sup>, Lopes analisa uma ilustração (figura 1), publicada em 14 de junho de 1879 com o título “A ascensão do índio no Brasil”, cuja legenda dizia: “Daqui há anos ele, como novo Cristo, ressurgirá dos mortos e subirá até a altura dos Estados Unidos e trabalhará para a unificação dos povos, pela remissão da miséria e extinção da ignorância pela instrução”.<sup>49</sup>

A ilustração retrata o momento da ressurreição do índio/nação. Anjos retiram a pedra de uma tumba e podemos ver o índio/nação levitando em meio à fumaça, agora sem o cocar e com o barrete frígio da liberdade. Estupefatos, os soldados que guardavam seu corpo, sendo um deles claramente D. Pedro II, assistem à ascensão. O barrete frígio foi utilizado como um dos símbolos que representava a República. Tratava-se de um item simples da indumentária do camponês na França, uma espécie de gorro. Se, por um lado a coroa, quase sempre de ouro, representava o poder das monarquias; o barrete frígio representava o governo popular, a *res pública*. Logo, o

46 GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia da Letras, 1987

47 CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

48 LOPES, Aristeu. “O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875 – 1889. *História*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 239-265, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

49 *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, n° 163, p.8, 12 abr. 1879. Acervo: AEL-UNICAMP.



barrete frígio constituiu um objeto bastante ilustrativo nesse momento de transição das monarquias decadentes para as nascentes repúblicas. Richard Santiago Costa, em sua pesquisa<sup>50</sup>, observa que toda a composição dessa ilustração remete a obras de arte que representam a ressurreição de Cristo, como por exemplo o quadro “A ressurreição de cristo” (1579-1581), de Jacopo Tintoretto<sup>51</sup>. Essas publicações, com seus aspectos premonitórios, reforçam a tese de que os defensores da República, grandemente influenciados pela doutrina positivista e os ideais da Revolução Francesa, queriam implantar um novo sistema de governo baseado num estado laico.



Figura 1 - A ascensão do índio no Brasil

Tal representação não deixava de ser uma afronta à religiosidade da época, visto que, a substituição da figura de Cristo por uma outra pessoa constituiria algo inadmissível para os católicos, bem como, a alteração da imagem de um episódio clássico e tão significativo, a ressurreição de Cristo, considerado o momento mais emblemático para a fé romana.

Foi trabalhoso para as lideranças republicanas legitimar diversas ações contra a monarquia, que gozava de considerável popularidade naquele momento. Revoltas

50 COSTA, Richard Santiago. Índios em preto e branco: o corpo indígena, a arte oficial e o discurso político na imprensa carioca no pós – 1870. *Revista Interfaces*, Rio de Janeiro, nº 19, vol. 2, julho – dezembro 2013

51 Artista italiano (1518-1594), foi um dos maiores pintores da escola veneziana.

antirrepublicanas eclodiram pelo país e a tentativa de substituir o Hino Nacional composto por Dom Pedro I foi um fracasso pois a população não aceitou o novo hino. Assim, é correto afirmar que se tratou de um momento propício à construção de novos mitos. Em “Mitos e Mitologias Políticas”, Raoul Girardet afirma que, entre outros fatores, “os mitos surgem em momentos de convulsão social”<sup>52</sup>. Segundo o pesquisador, isso se dá porque os novos dirigentes precisam buscar formas de legitimidade junto à sociedade. O que nem sempre se alcança.

Fica mais clara a compreensão do modo de pensar de certas camadas sociais do período estudado, quando analisamos a influência do pensamento romântico sobre elas. Havia naquele momento forte influência, ainda, do movimento indianista, defendido pelos poetas românticos desde a época imperial. Muitos artistas à época, em especial os pintores, foram membros da Escola Nacional de Belas Artes<sup>53</sup>, e receberam subsídios do próprio imperador D. Pedro II para estudarem na Europa. É o caso, por exemplo, do pintor Antônio Parreiras, autor da tela “A Fundação de Niterói”, na qual o cacique Arariboia, figura central, é retratado vestindo somente uma pequena túnica de pele animal, conforme figura 3.

No modo de pensar dos românticos, a figura indígena é valorizada por suas qualidades “naturais”. Provavelmente, a influência desse modo de pensar levou Parreiras a retratar Arariboia daquela forma. Interessante observar que, por causa disso, a tela de Parreiras sofreu severas críticas, inclusive de uma pessoa influente à época, José de Arariboia Cardozo, arquivista e zelador da Igreja de São Lourenço dos Índios, que se apresentava como descendente direto do cacique temiminó e fazia parte da Comissão Glorificadora a Arariboia.<sup>54</sup> Tamanha foi a insatisfação de alguns que a obra “foi rejeitada pela Câmara Municipal e, então enviada ao salão nobre da prefeitura, pois queriam que Arariboia tivesse sido retratado com as vestes presenteadas por D. Sebastião.”<sup>55</sup> Essa polêmica em torno da pintura de Antônio Parreiras rendeu páginas nos jornais niteroienses da época.

Para muitos dirigentes republicanos, influenciados pelo pensamento nacionalista- indianista, os indígenas seriam os verdadeiros representantes da nacionalidade porque seriam os primeiros habitantes do Brasil. Esse modo de pensar, confrontava, à época, com ascensão da racionalidade renascentista. É possível até mesmo verificar a ambiguidade dessas duas influências na evolução de Niterói. A cidade de Nictheroy, instituída em 1835, quando a vila foi elevada à categoria de cidade, possui etimologia tupi-guarani, que significa “água oculta”, ou “água escondida”. Segundo a historiadora Lia Bastos, a escolha do nome pode ter surgido por influência do movimento romântico nacionalista-indianista que “se manifestava nesse período em sua maior expressão”<sup>56</sup> embora a cidade estivesse, a partir daquele momento, sendo projetada nos moldes da arquitetura renascentista pelo major engenheiro Antônio Rodrigues Gabriel de Castro.

---

52 GIRARDET, *Mitos e mitologias políticas...* p. 15

53 A antiga “Academia Imperial de Belas Artes” passou a se chamar “Escola Nacional de Belas Artes” com a Proclamação da República (1889) a partir de 8 de novembro de 1890.

54 Grupo formado por integrantes da sociedade civil e parlamentares no ano de 1900, e responsável por diversos feitos que ajudaram a promover a memória de Arariboia entre a população niteroiense. (BASTOS, 2018, p. 199 e 72)

55 BASTOS, *Niterói, terra de índio ...* p. 74.

56 BASTOS, *Niterói, terra de índio...* p. 66.

A ideia de apagar símbolos que fizessem alusão ao poder monárquico caracterizou sobremaneira as ações da República recém implantada no Brasil. Travou-se verdadeira disputa por memórias naquele momento. A Bandeira e o Hino nacionais, que podem ser compreendidos como “lugares de memória”<sup>57</sup>, figuraram entre os símbolos em disputa.

## 1.2. A memória e a construção do mito de Arariboia

Recentemente, mais precisamente no dia 30 de julho de 2021, a prefeitura municipal de Niterói instituiu, através da Lei 3.621, a moeda social Arariboia, cujo objetivo seria combater as desigualdades sociais e estabelecer meios de atingir a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município. Através dela, famílias cadastradas em programas sociais como o Cadastro Único e o Bolsa Família poderão receber o valor mensal de 360 reais.

Um pouco antes, no dia 20 de junho de 2021, o jornal *on line*, *cidadedeniteroi.com*, publicou uma matéria intitulada “Sangue de Arariboia representa Niterói no ‘The Voice Kids’”. A matéria dizia respeito a Bia Miranda, adolescente de 13 anos, moradora de Niterói e provável descendente do cacique, que se apresentou no famoso programa de TV da Rede Globo. Esses dois fatos — a escolha do nome Arariboia para batizar um programa social da prefeitura local e a referência à personagem histórica numa matéria jornalística — corroboram a nossa premissa inicial de que a memória de Arariboia permanece viva e vibrante no tempo presente. Poderíamos, então, citar um sem-número de exemplos de referências ao cacique temiminó na atualidade.

Há de se considerar, que se trata de um fato, no mínimo curioso, uma personalidade indígena que viveu no século dezesseis, permanecer sendo lembrado ainda hoje. Lembremos, porém, que a memória “constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica às fontes que, em tese, embasariam essa mesma memória”<sup>58</sup>. Ou, conforme indica o historiador Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”<sup>59</sup>. Nesse sentido, não nos surpreende mais constatar o não desaparecimento de determinada memória. Cumpre, todavia, compreender, o processo histórico que se processou para que determinada memória atravessasse os tempos.

A instauração da Primeira República brasileira em 1889 foi marcada por uma série de acontecimentos turbulentos e por um grande esforço dos novos dirigentes em produzir novos símbolos que remetessem aos ideais republicanos de inspiração norte americana. Naquele momento, assim como foram “criados” heróis nacionais, na cidade de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, diversos agentes sociais também moveram esforços no sentido de produzir seus símbolos. Nesse sentido, pretendemos, nessa pesquisa, mostrar que a criação do mito em torno de Martim Afonso de Souza, o cacique Arariboia, esteve intimamente relacionada ao repertório ideológico da Primeira República e à iniciativa de determinados grupos da população niteroiense.

A História é um fenômeno social, filha do seu tempo. É também uma construção científica, rigorosa e racional. A memória, grosso modo, ressignifica e

57 POLLAK, *Memória e identidade social...* p.2.

58 MOTTA, Marcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997

59 NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 10, 1993.

reforça alguns sentimentos, e tem a função de manter a coesão interna em grupos sociais. Primordialmente, a memória é a presença do passado. É também uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Na perspectiva de Maurice Halbwachs, toda memória é “coletiva”. Assim,

Lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós.<sup>60</sup>

Henry Rousso acrescenta que:

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, as rupturas que são o destino de toda vida humana, em suma ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.<sup>61</sup>

Reforçando a noção de coletividade que caracteriza a memória, diz Halbwachs:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um grupo.<sup>62</sup>

Foi o próprio Halbwachs, quem ainda na década de 1920, se debruçou sobre o que chamou de “estrutura social da memória”, na qual advoga que as memórias são construções dos grupos sociais. Assim, seriam os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, embora sejam os indivíduos que lembrem, no sentido literal da expressão. Nesse sentido, os indivíduos estabelecem identificação com os acontecimentos públicos significativos para o seu grupo:

Lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna uma parte da vida de outra pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado.<sup>63</sup>

Essas reflexões acerca da memória estão voltadas a uma perspectiva que a vê como um fenômeno histórico. Entretanto, é importante ao historiador considerar que “a memória pode também ser analisada como fonte histórica”.<sup>64</sup> Assim, cabe ao historiador elaborar a crítica da reminiscência nos moldes da operação de análise dos documentos

60 HALBSWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo. Centauro, 2003, p.30.

61 ROUSSO, Henry. “ A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

62 HALBWACHS, *A memória Coletiva* ... p. 39

63 BURKE, Peter. *História como memória social*. In: *Variiedades da História Cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67-89

64 BURKE, *História como memória social* ... p. 70.

históricos. Essa forma de analisar a memória começou a ser trabalhada a partir da década de 1960, momento em que alguns historiadores começaram a entender a importância da história oral:

Mesmo os que trabalham com períodos anteriores tem alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidas em muitos registros históricos.<sup>65</sup>

Essa forma de tratar a memória, entendo-a, primeiramente, como um fenômeno no tempo e no espaço, mas, primordialmente, como uma fonte sujeita à análise crítica, e é sobremaneira importante, dentro da nossa pesquisa, à medida que lançamos mão de relatos de memória significativos para a compreensão do fenômeno proposto. Ademais:

É preciso, portanto, estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que por alguma razão, determinado grupo que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinearmos a relação entre o passado e a história do tempo presente.<sup>66</sup>

A historiadora Márcia Maria Menendes Motta, analisando o artigo “Memória e identidade social”, de Michel Pollack, registrou o que o autor chamou de elementos constitutivos da memória, a saber: os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos “vividos por tabela”, a memória constituída por personagens e os lugares de memória. Destes, os três últimos são mais significativos para nossa pesquisa, em virtude de, no caso estudado, existirem bem definidos, uma identificação projetada com os fatos históricos, o personagem e os lugares de memória. Como o assunto tratado diz respeito a um passado bastante longínquo, século XVI, descarta-se, assim, a possibilidade de que os sujeitos identificados tenham vivido os fatos pessoalmente. Outrossim, a título de definição, os acontecimentos “vividos por tabela”, seriam aqueles em que a identificação com o passado é tão forte que as pessoas que não viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado; em segundo lugar, existe a ideia de que a memória é constituída por personagens, uma vez que há sempre exemplos de indivíduos que personificam determinadas lembranças. Por fim, os “lugares de memória”, que podem ser “representados por museus, arquivos e monumentos”.<sup>67</sup> Vale lembrar que tais lugares têm um claro conteúdo pedagógico ao imprimirem, ou buscarem imprimir, uma continuidade temporal com o passado, a partir — como já sabemos — dos valores do presente”.<sup>68</sup>

Por “enquadramento”, entende-se, também, “a valorização de certos acontecimentos ou processos por parte de uma entidade, associação, nação...”<sup>69</sup>. Além

65 BURKE, *História como memória social ...* p. 72.

66 MOTTA, *História, memória e tempo presente ...* p. 27

67 POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-2112.

68 MOTTA, *História, memória e tempo presente ...* p. 27

69 POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silencio*. Revista Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

disso, o ato de enquadrar remete à ideia de limitar uma imagem. Ora, se existe então a necessidade de limitar algo, é porque esse objeto se apresenta de forma muito ampliada ou difusa, e, para que ele adquira uma forma inteligível e coerente, necessário se faz limitar a quantidade de informações e produzir um todo coerente em torno dessa imagem. Dessa forma, nessa operação de enquadramento, os autores preocupam-se em produzir uma narrativa que seja cativante, visto que, existem intenções bem definidas em jogo. É nessa conjuntura que surgem as narrativas de heróis nacionais ou locais.

A história do núcleo de povoamento que deu origem à atual cidade de Niterói, a Aldeia de São Lourenço dos Índios, remonta oficialmente ao ano de 1573, ainda que haja questionamentos por parte de alguns pesquisadores acerca da data precisa em que Arariboia e seu povo vieram ocupar aquelas terras. Sabe-se, porém, que, após as batalhas da Guanabara, “Arariboia intencionou retornar para sua antiga Aldeia no Espírito Santo, mas foi convencido por Estácio de Sá a permanecer próximo à Baía de Guanabara”<sup>70</sup> a fim de oferecer contingente militar em caso de ataque inimigo à recém fundada São Sebastião do Rio de Janeiro. Em troca dos serviços prestados e da obediência aos interesses coloniais da coroa portuguesa, Arariboia recebeu inúmeras benesses, entre elas, a posse da Sesmaria da banda D’além onde se instalou a antiga Aldeia de São Lourenço dos Índios. Dessa forma, “as terras escolhidas foram passadas por escritura pública e Carta de Sesmaria de 1568, e nela se estabeleceu a Aldeia de São Lourenço, que viria a ser importante baluarte de defesa da cidade.”<sup>71</sup>

A recém proclamada República ansiava por estabelecer novos marcos simbólicos que a distinguisse dos ideais monárquicos, e a população niteroiense buscava estabelecer sua identidade regional frente a capital da República, o Rio de Janeiro.

Os registros históricos dão conta de que desde a fundação da Aldeia de São Lourenço dos Índios, em 1573, eram feitas celebrações, a partir da antiga capela<sup>72</sup>, que acabaram por manterem vivas tanto a memória de Arariboia quanto o mito de fundação da cidade de Niterói. Essas manifestações culturais, festas, missas e procissões, partiam de iniciativas da própria população e da Igreja. Não obstante, essa movimentação da população niteroiense não passaria despercebida do olhar interessado dos agentes políticos locais, de modo que, aos poucos, o que se restringia somente a comemorações populares informais, passou a ganhar materialidade à medida que representantes políticos passaram a propor leis que fomentassem a construção de monumentos em memória a Arariboia. Nesse sentido, podemos considerar o ano de 1900 como um marco nesse aspecto. O historiador Paulo Knauss registra que:

Anteriormente, a única ação nesse sentido que encontramos seria em 1847, quando o Visconde de Sepetiba, então presidente da Província, inaugurou no antigo largo do Mercado, que havia recebido o nome de Praça Martin Afonso, um chafariz em homenagem aos feitos do índio,

---

70 SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 62, n 14, série 3, p. 110 – 300, 1854<sup>a</sup>.

71 ALMEIDA, *Metamorfoses indígenas ...* p. 80.

72 Os primeiros relatos sobre a capela de São Lourenço surgem de uma carta do padre Gonçalo de Oliveira, escrita em 1570. Através desta, disse o padre existir na sesmaria de Arariboia uma pequena capela construída de taipa. Em 1586 foi substituída por outra, também modesta em sua construção, mas havia sido inaugurada com grande festa e com representação do “Auto de São Lourenço”, primeira encenação teatral de que temos registros em terras fluminenses. No século seguinte, em 1627, uma nova capela de pedra e cal seria construída naquele mesmo local. Em 1769, uma reforma foi realizada e seu aspecto arquitetônico foi mantido até os dias de hoje. Em 1999, iniciou-se a realização de um projeto de restauro, o qual foi finalizado em 2001. (Oliveira, Vasques, 2006, p. 39 – 43)

que posteriormente foi transferido para dentro do mercado; depois em 1906, para Praça Valonguinho, e em 1953 foi desmontado para ser recolocado em São Lourenço, mas suas peças foram abandonadas na frente da Igreja do antigo Aldeamento.<sup>73</sup>

É possível arbitrar, assim, que é no período inicial da Primeira República que podemos constatar uma movimentação mais significativa de instâncias da sociedade niteroiense em estabelecer marcos simbólicos em homenagem a Martin Afonso de Souza, o Arariboia. Certamente os esforços para promover a memória do cacique já aconteciam anteriormente, todavia, é a partir dos primeiros anos do século XX que esses esforços ganham materialidade. Nas palavras de Knauss:

Em 26 de junho de 1900, na Câmara Municipal de Niterói, então capital provincial, é apresentada pelo vereador Olavo Guerra uma proposta de perpetuar a memória de Martin Afonso de Souza, o Arariboia, através da aquisição de um quadro e colocação de uma placa comemorativa do falecimento do personagem histórico. A mesma proposta parlamentar autorizava o erguimento de uma estátua no largo da antiga matriz de São Lourenço, remanescente do aldeamento original<sup>74</sup>

A proposta para “perpetuar a memória de Arariboia”, é sobremaneira significativa, marcando o momento em que se tem início o estabelecimento de monumentos que expressam representações contidas na memória coletiva da população de Niterói. Esse processo de definição dos memoriais representa um esforço de certos grupos da sociedade niteroiense em perpetuar uma determinada memória acerca do personagem histórico. Tal processo corresponde ao que se conhece como “enquadramento da memória”<sup>75</sup>. Todavia vale dizer que o referido “enquadramento” se desenvolve de forma seletiva, e até conflituosa. Sobre aspecto, afirma Girardet:

Igualmente importante na composição do processo é o mecanismo humano de seleção de memórias: para que um momento presente ou passado seja tornado mito, se faz necessária uma filtragem em determinados acontecimentos.<sup>76</sup>

Os esforços de perpetuação de uma determinada memória de Arariboia contou com o apoio de grande parte da população, de alguns políticos, de agentes da sociedade civil e da imprensa fluminense, inserindo-se num contexto maior que se confunde com a própria história nacional.

De qualquer forma, guardadas as particularidades dos tipos de mitos políticos que Girardet propõe, a construção do mito em torno da figura do cacique Arariboia no início da Primeira República se apresenta envolta em dois fatores significativos: primeiro, todo o repertório imaginativo originário da experiência prática e filosófica francesa, e, segundo, o momento de significativa desordem social que caracterizou o fim da monarquia e o estabelecimento de uma República impopular ávida por legitimidade.

73 KNAUSS, Paulo (coord.). *Sorriso da cidade ...* p.72

74 KNAUSS, *Sorriso da cidade ...* p. 49

75 POLLAK, *Memória, esquecimento, silencio...* p.7

76 GIRARDET, *Mitos e mitologias políticas ...* p. 36

Se levarmos em consideração o estabelecimento dos lugares de memória que remetessem à figura de Arariboia, podemos considerar a atuação da Comissão Glorificadora de Arariboia que, dentre outras ações, foi responsável pelo estabelecimento da “Data de Fundação da cidade de Niterói e da encomenda de um busto e de um quadro em homenagem ao cacique<sup>77</sup>”. Em outras palavras, pode-se dizer que essa Comissão exerceu papel fundamental na construção do mito fundador da cidade. Trata-se, portanto, do estabelecimento dos principais lugares de memória que a cidade possui.

O estabelecimento do dia 22 de novembro como data oficial de fundação da cidade de Niterói concretizou-se graças à atuação da Comissão Glorificadora de Arariboia,<sup>78</sup> que se materializou na Deliberação nº 106, de 10 de março de 1909. Embora haja tese contrária do jornalista e historiador Emmanuel de Macedo Soares<sup>79</sup>, o dia 22 de novembro consolidou-se como data oficial na memória dos niteroienses. Para Soares, o município somente fora instalado em 11 de agosto de 1919 e a doação da sesmaria em 22 de outubro de 1573, ou seja, um mês antes do dia que se convencionou comemorar a suposta fundação de Niterói.

Os anos finais do Segundo Reinado e o início da Primeira República foram marcados por incertezas e busca de legitimidade por parte dos novos dirigentes. Os ideais positivistas de humanidade, pátria e família guiaram diversas ações naquele período. A humanidade, virtude tida como mais importante para os positivistas foi representada pela figura feminina e os republicanos brasileiros se empenharam em reproduzi-la, conforme apontou José Murilo de Carvalho ao analisar a imprensa republicana. Novos símbolos e heróis republicanos foram sendo criados com o intuito de substituir antigos símbolos da monarquia decadente. Nesse cenário, surgiram uma nova Bandeira Nacional e um herói, Tiradentes.

Diante desse cenário, alguns agentes políticos, militares e membros da sociedade civil niteroiense mobilizaram-se em prol da valorização da memória de Martim Afonso de Souza, o Arariboia, conforme pudemos ver nas ações da Comissão e da proposta do vereador Olavo Guerra, já em 1900. À medida que buscavam estabelecer o mito fundador da cidade de Niterói, os niteroienses visavam firmar sua identidade regional frente a capital da República.

---

77 BASTOS, *Niterói, terra de índio ...* p.72

78 Grupo formado por integrantes da sociedade civil e parlamentares no ano de 1900, e responsável por diversos feitos que ajudaram a promover a memória de Arariboia entre a população niteroiense. (BASTOS, 2018, p. 199 e 72)

79 SOARES, Emmanuel de Macedo. *José Clemente e a Vila Real de Praia Grande*. Niterói: Fundação Atividades Culturais de Niterói, 1945. 36p.

\_\_\_\_\_, *Monumentos de Niterói*. Niterói: Êxito, Fundação Niteroiense de Arte, 1992. 174p.



## Capítulo 2: A memória de Arariboia em Niterói a partir dos jornais *O Fluminense* e *A notícia*

Com a sua morte (Arariboia) em fins do século XVI, ficou esquecido, e apenas no início do século XX este personagem ressurgiu na memória niteroiense através de alguns movimentos políticos e populares.<sup>80</sup>

### 2.1. Arariboia no jornal *O Fluminense*

Considerando a imprensa escrita como local privilegiado de divulgação de informações e ideias na Primeira República, analisaremos a maneira com a qual os periódicos *O Fluminense* e *A Notícia* contribuíram para a divulgação de uma memória afetiva específica em torno de Arariboia, e, conseqüentemente, para a construção da identidade regional da população niteroiense. Em que pese o fato de tratar-se Arariboia de um personagem controverso, dividindo o imaginário coletivo da população fluminense, ora figurando como herói; ora como vilão, alguns jornais do início da Primeira República acabaram por privilegiar a promoção de um herói combativo e fiel aos interesses coloniais portugueses, cujos feitos gloriosos acabaram por determinar a Fundação da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói.

O jornal, *O Fluminense*, foi fundado no dia 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional, Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Inicialmente, era publicado três vezes por semana, às quartas, sextas-feiras e domingos, mas a partir de 1892 passou a ser publicado diariamente até a presente data. Atualmente, o jornal circula em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio de Janeiro, além das regiões Serrana e dos Lagos, oferecendo informações de caráter regional e nacional, tanto em meio físico quanto virtual.

Em seu editorial prometia: “não se deixar cegar pela paixão partidária, lutar pelo desenvolvimento da instrução pública, pela melhoria da lavoura e do comércio, pela abertura de novas estradas provinciais e municipais e a boa conservação das existentes e, finalmente pelo desaparecimento progressivo do imposto de pedágio”.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas, o jornal surgiu em decorrência de motivos partidários. Tanto Miranda quanto Travassos eram membros do Partido Conservador, que havia passado à oposição com a queda do gabinete de Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, ocorrida em 5 de janeiro de 1878. Com a ascensão do Partido Liberal ao poder caíra também o presidente da província do Rio de

---

<sup>80</sup> BASTOS, Lia Vieira Ramalho. *Niterói, terra de índio: apagamentos, silenciamentos e reapropriações em torno de Arariboia*. Niterói, Eduff, 2018

janeiro, o conservador Pinto Lima. Este último teria sido o inspirador do novo órgão de imprensa, surgido com o propósito de defender os interesses do partido deposto.

Enquanto Travassos entrou com o capital, Rodrigues de Miranda já era homem vinculado à imprensa, capaz — segundo depoimento de Alberto Torres — “de redigir a notícia e de imprimir e compor um jornal<sup>81</sup>”. Poucos meses depois da fundação, Travassos deixou *O Fluminense*, permanecendo Rodrigues de Miranda como único proprietário.

A partir daquele momento, ocorreu uma alteração no expediente e o jornal passou a ser oficialmente “o órgão conservador da província do Rio de Janeiro”, desenvolvendo “a mais decidida oposição à política dominante”. Em 1881, um dos seus principais redatores, Guilherme Cristino Briggs, foi candidato a deputado provincial pelo Partido Conservador.

Durante os dez anos em que o Partido Liberal esteve no poder, *O Fluminense* fez-lhe oposição, denunciando “as perseguições políticas e as arbitrariedades dos governos liberais na província<sup>82</sup>”. Paralelamente à defesa das ideias conservadoras, porém o jornal lutou pelos interesses locais, chegando a afirmar: “Continuando a militar nas linhas conservadoras, do que muito se ufana<sup>83</sup>”, *O Fluminense* ater-se-á, entretanto, mais aos interesses da província que aos da política. Entre as benfeitorias da cidade de Niterói cuja realização o jornal considerava resultado de suas campanhas, figuravam o aterro de São Lourenço, o porto, o Corpo de Bombeiros e a Biblioteca Pública.

Em seus primeiros anos de vida, o jornal teve grande penetração tanto no município de Niterói quanto na própria Corte, publicando anúncios das melhores casas comerciais do Rio de Janeiro.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi bem aceita por *O Fluminense*, que desde logo apoiou o presidente estadual Francisco Portela. Entre 1890 e 1891, por motivo de doença de Rodrigues de Miranda, o jornal deixou de circular durante alguns meses. A partir de 1891, com a queda de Francisco Portela, iniciou-se um período de abstenção de qualquer participação política ostensiva.

Durante o governo de Floriano Peixoto, *O Fluminense* esteve ligado à situação. Essa ligação se explicava pelo fato de Luís Henrique Xavier de Azevedo, genro do Major Rodrigues de Miranda, haver lutado anteriormente ao lado do novo presidente.

Com a mudança da capital do estado para Petrópolis, *O Fluminense* desencadeou uma campanha em favor do retorno à situação anterior, o que só ocorreria efetivamente em 1903, ainda que a lei de retorno já estivesse estabelecida em 1902. Em 1903, o jornal voltou abertamente às lides políticas, aderindo à campanha de Nilo Peçanha à presidência estadual. *O Fluminense* se manteve articulado com a oligarquia de Nilo Peçanha durante todo o tempo em que ela existiu.

Durante o último período presidencial da República Velha, o jornal voltou para oposição, aproximando-se discretamente dos princípios da Aliança Liberal. Embora permanecesse um órgão mais informativo do que propriamente de análise, *O Fluminense* apoiou a Revolução de 1930, publicando sob o título de “A Revolução triunfante” matérias sobre os atos revolucionários.

Ao observar as matérias publicadas no jornal *O Fluminense* acerca da memória de Niterói e de Arariboia pudemos verificar que a maioria delas era produzida pelo colunista Manuel Benício. Nesse sentido, analisar a trajetória profissional desse

81 LEAL, Carlos Eduardo/ COUTO, André. *O Fluminense*. Verbetes Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense> . Acesso em 24/04/2023.

82 LEAL/COUTO, *O Fluminense*, p. 1

83 LEAL/COUTO, *O Fluminense*, p. 1

jornalista ajudou-nos a identificar quais grupos sociais envolveram-se na campanha de promoção memória da cidade.

Radicado em Niterói desde a juventude, o historiador, jornalista, escritor, político e tabelião Manoel Benício nasceu no município de Taquaritinga em Pernambuco, em 23 de agosto de 1861. Cursou o primeiro ano de direito no Recife e em 1880 abandonou-o, vindo a sentar praça como cadete na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Tornou-se jornalista e em 1888 estreou no jornal *O Fluminense* com uma série de crônicas em prol da abolição. Eleito vereador em 1894, foi de sua autoria o projeto que levou a Câmara Municipal a adquirir, em 1896, o Theatro Santa Tereza.

Assim como o vereador Olavo Guerra<sup>84</sup> militava em prol de Arariboia na Câmara Municipal, Manuel Benício, também vereador, contribuía no jornal *O Fluminense* através das suas matérias bem detalhadas. Essa familiaridade com a história de Niterói deveu-se ao fato de que Benício passou a ter acesso, como vereador, ao enorme acervo de documentos da história da cidade e da província, além de seus personagens. Boa parte de suas pesquisas foram publicadas no jornal *O Fluminense*, e serviu de fonte para muitos outros estudiosos do passado niteroiense. Benício dedicou especial atenção à pesquisa da história da cena artística niteroiense do século XIX.

Analisando na Hemeroteca Digital Brasileira as publicações do jornal *O Fluminense* relacionadas a Arariboia e à fundação da cidade de Niterói entre os anos 1880 e 1899, pudemos observar que o ano de 1899 foi marcado por uma nova guinada na abordagem dessas publicações, visto que, a partir dessa data específica, ocorreu uma ênfase maior na temática relacionada à história de Niterói e à memória de Arariboia. No período compreendido entre 1880 e 1890 não encontramos nenhuma matéria publicada que apresentasse algum desses temas. Essa mudança de abordagem somente ocorreu a partir de 1899, através da coluna do colaborador Manuel Benício, intitulada “História de Nictheroy”, conforme vemos neste recorte: “A história da fundação de Niterói prende-se de jeito à da capital do Brasil, da qual foi ela freguesia até 1831 que se faz a escabrosa pretensão do cronólogo separá-las.”<sup>85</sup>

Nesse sentido, M. Benício, que havia ingressado no jornal *O Fluminense* em 1888 e se tornado vereador em 1894, mostrava-se estar intimamente engajado na campanha que visava trazer Niterói novamente à condição de capital do Estado, pois, a cidade havia perdido essa condição justamente no ano de 1899 vindo a recuperá-la em 1902.

A referida matéria do dia 26 de dezembro de 1899 ocupava duas colunas de texto da página dois do jornal, possuía o título original “Sobre Arariboia: História de Nictheroy” e continuava no dia seguinte, 27, na mesma proporção. No início da matéria, o autor escreve sobre as dificuldades de se organizar cronologicamente os inúmeros documentos e compor uma história linear desde a fundação da cidade, além de tecer críticas aos cronistas que desmereciam a história de Niterói.

Diversos pontos controversos da vida de Arariboia eram explorados nesses jornais da Primeira República. Questões como o ano e o local de batismo e de morte, o local de origem de seu povo, a data exata de ocupação da Aldeia de São Lourenço, entre outros.

---

84 Político niteroiense que propôs a construção de um busto em homenagem à Arariboia em 1900 na Câmara Municipal de Niterói.

85 *O Fluminense*, de 26 de dezembro de 1899, p.2.

No mês de dezembro de 1899, foram lançadas diversas publicações na coluna “História de Nictheroy”. Essas publicações divulgavam não só relatos de memória sobre Arariboia mas tratava-se de uma verdadeira discussão historiográfica promovida por Benício. No fragmento abaixo, o historiador traz à luz uma questão muito controversa da vida de Arariboia, a data aproximada do seu batismo. Depois de detalhada análise dos registros históricos existentes, Benício sugere o “apadrinhamento em criança no ano de 1531”:

É de supor, pois que apadrinhado em criança no ano de 1531 por Martin Affonso, no Rio de Janeiro, segui-o com a tribo em 1555 para o Espírito Santo e lá por morte de Maracajáguacú, seu chefe e talvez pai lhe sucedeu no governo da cabilda, em virtude de seu valor pessoal, casado a diretor de uma dinastia selvagem e dali voltou para o Rio com Estácio de Sá em 1565, estabelecendo-se na Aldeia de São Lourenço.<sup>86</sup>

Na edição seguinte, Manuel Benício dedica sua matéria a destrinchar a questão – permeada de dúvidas – da data mais próxima para a ocupação da Aldeia de São Lourenço do Índios pelo povo temiminó:

Querem alguns escritores que Arariboia nos cinco anos que decorreram de 1568 a 1573 estivera aldeado no aterrado (antiga Bica dos Marinheiros, Rua Visconde de Itaúna – Corte). É desta opinião Varnhagen e contesta-o o cônego Pinheiro. Nas memórias sobre os aldeamentos, Norberto e Silva esclarece esta dívida provando que a aldeia existiu sempre em São Lourenço.<sup>87</sup>

Vê-se, através do jornal *O Fluminense*, que o ano de 1899 é marcado por um número considerável de publicações que associam Arariboia à fundação da cidade de Niterói. Antes de 1899, aconteciam publicações bem menos significativas. Tal fato sinaliza que havia, por parte da população niteroiense, ou pelo menos dos dirigentes do jornal (entre eles o político Manuel Benício), o desejo de celebrar a cidade e associar sua fundação a figura do ilustre cacique.

A possível causa e local da morte de Arariboia era assunto que também pairava nas páginas dos jornais da época. No exemplar de 12 de dezembro de 1889, M. Benício reproduz um relato de memória sobre a versão de que Arariboia teria morrido de afogamento. Na coluna intitulada “História da Ilhas”, Benício escreveu:

O Dr. Fausto fê-la possuidora de um importante trapicho e diz que foi junto dela que morreo afogado o chefe dos “Tupiminós”, Martins Affonso Arariboia em fins do século 16º, depois de ter prestado imensos serviços à fundação da nossa cidade.<sup>88</sup>

Já entre os anos de 1900 e 1920, constatamos um total de 14 ocorrências. A mais significativa delas, a nosso ver, foi a do dia 22 de novembro de 1906. Nessa publicação, a capa inteira, composta por seis colunas de texto, foi dedicada à matéria em homenagem à fundação da cidade de Niterói e estava dividida em duas partes. A primeira, com o título “Nicterhoy 1573 – 1906”, ocupando a terça parte da matéria, funciona como parte introdutória da seguinte. Nela, o colunista faz referência ao 333º

<sup>86</sup> *O Fluminense*, de 26 de dezembro de 1899, p.2.

<sup>87</sup> *O Fluminense*, de 27 de dezembro de 1899, p.2.

<sup>88</sup> *O Fluminense*, 12 de dezembro de 1899, p.2.

aniversário da cidade, lembra a importância de Arariboia para a fundação da cidade por seus feitos heroicos, comunica a celebração de uma missa e transcreve o Auto de posse da sesmaria à Arariboia. No corpo da parte inicial da matéria vemos:

O intrépido índio Arariboia, (Martim Affonso) tornou-se o herói na defesa do nosso território contra todas as tentativas de invasão, deixando seu nome intima e gloriosamente ligado à história de Nictheroy, conforme se verá da grande exposição histórica que, a seguir, faz hoje o nosso apreciado colaborador Manoel Benício, tão devotado a estudar e a esmiuçar tudo o que se relaciona com os tempos primitivos.<sup>89</sup>

A matéria trazia, ao centro, uma “foto” – na verdade uma litografia, conforme a figura 2 – de Arariboia. O próprio colunista assim descreveu a homenagem: “Em homenagem à memória do grande lutador, estampamos em nossas colunas o seu retrato, cópia fiel do existente no Instituto Histórico do Rio de Janeiro.”<sup>90</sup>

Nessa publicação “especial” o colaborador M. Benicio detalha as batalhas que foram travadas até a vitória definitiva com destaque para a participação de Arariboia.

A suposta “foto” foi a mesma que a Prefeitura Municipal de Niterói solicitou que fosse usada pelo pintor Antônio Parreiras como referência para retratar a fisionomia de Arariboia na tela encomendada para ocupar o salão principal da Câmara Municipal da cidade. Na referida edição, a imagem — suposto rosto de Arariboia — ocupa um terço da parte superior ao centro da capa do jornal.



Figura 2 - Martim Afonso, Arariboia (cobra feroz), Chefe dos temiminós

<sup>89</sup> *O Fluminense*, 22 de novembro de 1906, p1.

<sup>90</sup> *O Fluminense*, 22 de novembro de 1906, p1.

A litografia fora disponibilizada pelo Arquivo da Biblioteca Nacional, entidade que junto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, trabalhava em conjunto na construção e reconstrução de memórias nacionais. O fato é que essas instancias reconheciam a incerteza quanto a autoria e procedência daquela litografia e ao estabelecerem orientações para a confecção da tela, sugeriram que fosse dado foco mais à representatividade do que à tentativa de reproduzir fielmente as imagens. Assim, A. Parreiras, também conhecedor desse fato, optou por desconsiderar aquele busto, e usou da criatividade pessoal para retratar Arariboia em sua celebre tela. Tãmanha a singularidade e polêmica presentes nesta obra, que, desde a sua conclusão, em 1906, até os dias atuais, ainda promove discussões.

É possível encontrar atualmente, tanto trabalhos acadêmicos quanto publicações em sites de cultura relacionados ao tema. Podemos citar, a série: “O Arariboia de Parreiras”<sup>91</sup>, publicada no dia 13 de setembro de 2021 no site culturadeniteroi.com.br, bem como, o artigo “ARARIBOIA” – UMA HISTÓRIA E UMA ALEGORIA DA HISTÓRIA<sup>92</sup>, publicado em 2003 no site da ANPUH pela professora da Universidade Federal Fluminense, Valéria Salgueiro, Doutora em História Social.



Figura 3 - Antônio Parreiras. *Fundação de Niterói*, 1909. Óleo sobre tela. 200 x 300cm. Coleção da Prefeitura Municipal de Niterói. Palácio Arariboia, Niterói, RJ

91 <https://www.culturadeniteroi.com.br/blog/mapeamentocultural/2835>> Acesso em 01 de dezembro de 2021

92 ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. Autora Valéria Salgueiro, Professora Adjunta da UFF, Doutora em História Social

As discussões em torno dessa obra poderiam render páginas, todavia, nos é interessante observar, que uma das interpretações alegóricas possíveis para a obra de Parreiras, aponta numa direção contrária à construção de uma memória que se pretendia oficial naquele momento. A julgar pelo fato de que, na pintura, “seu rosto revela um ar pouco viril, feminino mesmo, incompatível com os atributos de coragem e bravura do vulto, alimentados pela historiografia a disposição.”<sup>93</sup> A publicação no jornal *O Fluminense* do dia 1 de dezembro de 1909, intitulada “Fundação de Niterói: quadro de Parreiras”, confirma a versão que se pretendia oficial para a representação de Arariboia: “No centro do quadro surge Arariboia em tamanho natural, de pé, dominando todos, viril, de uma beleza selvagem.”<sup>94</sup>

Na tela, apesar de o corpo de Arariboia estar voltado para o local do erguimento da cruz, seu olhar está voltado para os seus companheiros de origem, como se quisesse mostrar, não uma indiferença ao símbolo cristão, mas uma afeição maior para com os seus iguais, os dois indígenas que estavam próximos. Apesar de a historiografia oficial da época enfatizar Arariboia nos moldes do ideal de civilização, diversos relatos de memória sobre seus atos indicam um apreço maior pela vida na aldeia junto aos seus congêneres. Tem-se o registro do pedido a Estácio de Sá para retornar à sua aldeia após o término das batalhas da Guanabara. Depois, o episódio em que Arariboia se apresenta ao governador Antônio Salema de pernas cruzadas na montaria, o que para época era considerado ato desrespeitoso. Ao passo que Salema o repreendeu por isso, levando Arariboia a dar a seguinte resposta:

Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a El-rei não estranharas dar-lhe este pequeno descanso; mas já que me achas pouco cortesão, eu me vou para minha aldeia, onde não curamos desses pontos e não tornarei mais à tua corte.<sup>95</sup>

O gesto de Arariboia denota a ideia de que, mesmo pertencendo naquele momento à elite carioca, não se mostrava tão afeito às convenções da corte como esperavam dele.

Talvez fosse esse aspecto singular da vida do cacique que Parreiras não gostaria que se perdesse, mesmo sabendo que esse tipo de representação não estava na ordem do dia, pois confrontava uma força maior vinda das elites institucionais.

Vale lembrar que Antônio Parreiras, apesar de estar vivendo os anos iniciais da República, havia sido moldado culturalmente no reinado de D. Pedro II, tendo sido bolsista na Escola Nacional de Belas Artes, uma instituição imperial.

É possível perceber na imagem que o erguimento da cruz aparece ao longe, bem ao fundo, em segundo plano, e que a cena em destaque está na centralidade de Arariboia junto com seus companheiros, se apresentando com vestes, utensílios e ornamentos que os identificava como nativos.

Na tela, considerando a longa distância que ele se encontrava da cruz, e a proximidade que estava dos outros indígenas, sua postura e seu olhar, denotam a ideia

---

93 SILVEIRA, Janaína. “ARARIBOIA” – UMA HISTÓRIA E UMA ALEGORIA DA HISTÓRIA, ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003, p.4.

94 *O Fluminense*, de 1 de dezembro de 1909

95 SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. 1500 – 1627. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1982, p. 68.

de alguém que cumprira sua missão e naquele momento almeja desfrutar a vida junto aos seus familiares.

A representação idealizada do indígena é característica do movimento indianista oriundo da literatura romântica. Apesar de a retratação do indígena como herói ocorrer desde os tempos coloniais, foi durante o surgimento do Romantismo que essa idealização ganhou força. Na concepção romântica, o indígena é valorizado pois seria um exemplo do “bom selvagem”, mito criado por Rousseau, segundo o qual o homem nasceria bom, no entanto seria corrompido pela sociedade. Assim, o indígena era considerado “puro” em seu estado original e a causa da sua corrupção seria justamente a assimilação dos valores da civilização. Provavelmente, esse modo de pensar influenciou Antônio Parreiras quando quis retratar Arariboia na tela “A Fundação de Niterói”.

## 2.2 Arariboia no Jornal *A Notícia*

Arariboia aparecia também nas páginas do periódico *A Notícia*. Se, em *O Fluminense* era o colaborador Manoel Benício quem respondia pelas colunas históricas, em *A Notícia* era Vieira Fazenda quem elaborava tais matérias.

O jornal *A Notícia* era um jornal carioca, diário e vespertino, fundado em 17 de setembro de 1894 pelo jornalista de origem portuguesa Manoel de Oliveira Rocha. Teve sua circulação interrompida entre 1930 e 1938 e entre 1979 e 1991, e encerrou suas atividades em 1997.<sup>96</sup>

*A Notícia* foi um jornal diferenciado dos demais jornais cariocas da época. Não defendia uma posição política específica, partidária ou até panfletária como, por vezes, alguns periódicos faziam de maneira aberta e clara. Foi criado com o objetivo primordialmente informativo, embora fosse decididamente republicano e tenha defendido o governo militar de Floriano Peixoto (1891 – 1894) e os que o sucederam sem, contudo, entrar no jogo político.

Analisando o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira não encontramos publicações anteriores ao ano de 1899. A primeira somente foi publicada em outubro de 1902, todavia a edição disponibilizada na Hemeroteca encontra-se danificada de modo não ser possível identificar o título, somente o autor, Vieira Fazenda. Nela, Vieira fazenda descreve também diversos episódios envolvendo a história da fundação de Niterói e do Rio de Janeiro. No entanto, foi possível perceber certa diferença de abordagem à figura de Arariboia quando comparamos com a de Manoel Benício. Se este buscava valorizar mais os feitos do cacique Arariboia, Vieira Fazenda parecia tornar mais enfáticos os feitos dos dirigentes portugueses, de modo que Arariboia figurasse muitas vezes como um “colaborador” e não como protagonista dos feitos da Guanabara.

Assim, pudemos observar que boa parte das publicações buscava associar Arariboia a um herói que lutou pela causa da empresa colonial portuguesa. Na matéria de 30 de setembro de 1902, o jornal *A Notícia* apresentou:

De posse, em 1573, das terras cedidas ao Arariboia resulta-nos a convicção de que este índio aliado dos portugueses só se passou para a banda do além quando os primeiros governadores, em vista do socego da terra, puderam dispensar o auxílio imediato do valente chefe dos tupinimós. Desse modo o célebre combate de 1568, do qual Arariboia saiu vencedor, graças ao auxílio de Salvador Correa e ao denodo de Duarte Martins Mourão...<sup>97</sup>

96 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/NOT%C3%8DCIA,%20A.pdf>> Acessado em 07/12/2021

97 *A Notícia*, 30 de setembro de 1902, p.1.



Na publicação de 26 de dezembro de 1909, Arariboia é descrito como principal aliado. A coluna de Vieira Fazenda, intitulada “Quadro Histórico”, relatava: “Mais tarde se procurou estudar o papel do fiel aliado dos portugueses, do fundador da hoje cidade de Nitcheroy.”<sup>98</sup>

Não é difícil perceber que praticamente todas as publicações dos periódicos estudados tinham em comum o objetivo de propagar uma memória condizente com as proposições das instancias dominantes de poder. Nenhuma das publicações contradiziam as referências oficiais emanadas do IHGB e da Biblioteca Nacional. Segundo Maria Regina Celestino Almeida, a base referencial para a historiografia de Niterói e de Arariboia estava contida na obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva, “Memória histórica e documentada das aldeias dos índios da Província do Rio de Janeiro”, que foi produzida pelo IHGB. O local onde, por exemplo, se dizia encontrar o retrato em litografia de Arariboia era a Biblioteca Nacional.

Nesse sentido, é possível dizer, assim, que o papel desempenhado pelos jornais *O Fluminense* e *A Notícia*, ao publicarem, ainda que esporadicamente, matérias relacionadas à vida de Arariboia, acabaram por contribuir para a construção de uma memória afetiva do cacique entre a população niteroiense. A construção dessa memória esteve sempre associada ao mito de fundação da cidade. Nessa construção, os agentes sociais, representados por pessoas e por instituições – por exemplo o IHGB, a Biblioteca Nacional, a Comissão Glorificadora a Arariboia, políticos, autodeclarados descendentes do cacique e parcela da população – objetivaram produzir uma memória que enfatizasse o caráter heroico de Arariboia nas batalhas pela conquista da Baía de Guanabara e relacionasse sua figura à fundação de Niterói.

Partindo da premissa de que “A imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados.”<sup>99</sup> Ao analisar o teor das publicações contidas nos jornais *O Fluminense* e *A Notícia*, bem como, o período em que foram publicadas, concluímos que as motivações que tornaram possíveis a gestação delas estavam atreladas a fatores políticos, haja vista, a perda, por parte de Niterói, do status de capital do estado para Petrópolis em 1894. A ativa participação do colaborador Manoel Benicio no jornal *O Fluminense* com matérias estritamente ligadas à história de Niterói e à memória de Arariboia a partir de 1888 ajudam a fomentar essa tese. As elites niteroienses uniram forças no sentido de trazer de volta a antiga posição conquistada em 1835, com o intuito de manter sua condição de importância política.

De acordo com renovação historiográfica, a imprensa passou a ser compreendida como:

Fonte documental e também como agente histórico que intervém nos processos e episódios... força ativa, não mero registro de acontecimentos. Espaço privilegiado de elaboração de ideias, projetos e embates em contato com outras instancias e atores coletivos.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> *A Notícia*, 26 de dezembro de 1909, p.3.

<sup>99</sup> ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa — algumas considerações metodológicas*. p. 89 – 102.

<sup>100</sup> MOREL, Marco. *O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais*. Maracanã. Rio de Janeiro, nº 3, pp. 17 - 30, 2005/2007.

Nesse sentido, o caso da construção do mito da fundação da cidade de Niterói e da valorização da memória de Arariboia que se operou nos anos iniciais da Primeira República não foge à regra. A presença atuante de agentes políticos nos órgãos de imprensa resultou em transformações significativas no tocante à valorização da história e à memória da cidade, bem como, a constituição de monumentos relacionados a esse aspecto que passaram a servir de referência para a posteridade.

Por ocasião do 392º aniversário da cidade, foram lançadas matérias que buscando ressaltar o papel do Estado como principal responsável pela promoção dos eventos comemorativos. O jornal *O Fluminense*, que na época pertencia à família do governador, publicou matérias que explicitavam tais ações, com destaque para expressões como “graças à iniciativa do governador Paulo Torres”<sup>101</sup>. Desse modo, a fonte confirma a tese de Zicman, na qual a imprensa age sempre no campo político-ideológico.

### **Capítulo 3: A memória indígena e de Arariboia na Ilha do Governador a partir de entrevistas e fotografias locais**

Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de sus memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de

---

101 KNAUSS, *Sorriso da cidade ...* p. 66

recuperar acontecimentos, pessoas, tempo, relações e sentimentos, e de conferir-lhe significados.<sup>102</sup>

### 3.1. As entrevistas

Para elaboração dessa parte da pesquisa foram feitas entrevistas com quatro moradores da Ilha do Governador. São eles: Dna Deolinda Avelar, Seu Jaime Moraes, Seu Augusto Gomes (Gugu das candongas) e o professor Juberto Santos. Algumas fotografias foram disponibilizadas com o intuito de registrar as condições atuais em que se encontram os monumentos ora citados. Foram utilizados, também, questionários entre moradores locais, especificamente, os que participaram dos eventos (passeios) organizados pelo professor Juberto Santos e o guia de turismo Roberto Machiute: “Rolê da Ilha” e “Conhecendo a nossa Ilha a pé”. Frisamos que este capítulo tem por objetivo ajudar a compreender a relação da memória de Arariboia e indígena com os moradores da Ilha do Governador no tempo presente.

Os relatos orais podem, ao nosso ver, ser bastante úteis nas pesquisas acadêmicas. Conforme observa a pesquisadora Janaína Amado, mesmo os depoimentos “desprezados” por historiadores, podem conter dimensões simbólicas extremamente importantes<sup>103</sup>, ainda que sejam considerados mentirosos por não representarem reconstituições históricas fidedignas dos fatos pesquisados. Outrossim, destacamos que não se busca, nessa pesquisa, apresentar o passado como verdade absoluta, mas construir o conhecimento histórico na perspectiva da narrativa e permitir uma descrição das representações dos sujeitos que se identificam e se sentem participantes de determinada memória.

As entrevistas trazem consigo uma dimensão simbólica pois transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não traz luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças.

Cumprir registrar, também, que a História Oral é uma metodologia que deve estar associada a outras metodologias na pesquisa,<sup>104</sup> e, na sua escolha como método, é necessário que aqueles que tenham algo a dizer estejam vivos. Assim, no intuito de atender a esse quesito fundamental em pesquisas com História Oral, essa pesquisa buscou diversificar no que tange ao uso de metodologias e fontes, de modo que, além da História Oral, recorreremos também à análise de periódicos e de fotografias.

À vista disso, a partir das entrevistas, buscaremos compreender melhor a consciência que parte da população da Ilha do Governador possui acerca da presença indígena na História local, e, em particular, a respeito de Arariboia, o líder temiminó que habitou a Ilha do Governador no século XVI e adquiriu destaque sociedade carioca seiscentista.

Sabe-se, pelas narrativas criadas nos séculos dezesseis e posteriores, que a trajetória da nação temiminó remete inicialmente à Ilha do Governador (chamada Paranapuã pelos temiminós no período colonial), depois estabelecem-se no aldeamento na Capitania do Espírito Santo, e, por fim, fixaram-se em Niterói, cujo núcleo inicial chamava-se São Lourenço dos Índios. Entretanto, não é objetivo dessa pesquisa

102 AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral*. Revista História. São Paulo, 14, p 125 – 136, 1995

103 AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral*. Revista História. São Paulo, 14, p 125 – 136, 1995

104 ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

descrever o que se passou no século dezesseis, mas contribuir para a compreensão da memória do povo temiminó no tempo presente. Busca-se também, analisar a ocorrência, ainda, de falas e construções que evidenciam certo preconceito em relação aos povos originários.

Foram aproveitadas quatro entrevistas para elaboração dessa parte da pesquisa. São elas: Dna Deolinda Avelar, Sr. Jaime Moraes, Sr. Augusto Gomes (Gugu da candongas) e o Professor de História Juberto Santos. Todos eles são moradores da Ilha do Governador. As quatro entrevistas foram transcritas, mas somente as duas últimas foram transcritas literalmente em primeira pessoa. As duas primeiras foram resumidas em terceira pessoa. Logo após as entrevistas, colhemos dos entrevistados a autorização para utilização do conteúdo oral, conforme anexo 4. O objetivo de termos escolhido somente os quatro entrevistados diz respeito ao fato de terem sido os únicos que encontramos que demonstraram conhecimento acerca do passado indígena insulano ou de alguma forma tiveram alguma ligação com assuntos relacionados à preservação da memória indígena local, ao passo que, a maioria das pessoas com que conversamos desconheciam completamente esse passado.

A primeira entrevista<sup>105</sup> foi realizada no dia 03 de julho de 2019, com a Dna Deolinda Avelar, Diretora da Biblioteca Euclides da Cunha. Dona Deolinda afirmou que, entre 1998 e 2000, recebeu na Biblioteca, a visita da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão. Nessa ocasião, Beltrão propôs fazer um pedido formal pela Prefeitura do Rio de Janeiro, para que os restos de materiais indígenas do Museu Nacional fossem transferidos para a Ilha do Governador. No caso, para a Biblioteca. Dona Deolinda afirmou que se sentiu insegura em receber e abrigar aquele material, e que não tinha como garantir sua salvaguarda, por isso, não formalizou o pedido. Afirmou, porém, que o desejo de construir um Museu da Ilha é de longa data, e que muitos “ilustres insulanos” já tentaram concretizá-lo, mas sem sucesso.

Essas informações indicam o interesse entre algumas pessoas de criar um museu índio na Ilha, ou seja, houve uma preocupação com o estabelecimento de símbolos arqueológicos que resgatassem o passado indígena, bem como, a preservação de artefatos, utensílios e ferramentas encontrados. Dona Deolinda mostrou-nos, inclusive, alguns objetos aparentemente de pedra lascada doada por um antigo morador. Um possui a forma de um machado, outro de uma ponta de lança e seriam provavelmente utilizados como ferramentas ou armas de caça. Esses objetos, encontram-se atualmente

---

105 A íntegra da entrevista, em áudio, encontra-se no endereço: <https://youtu.be/9WFsrpycVmc>

armazenados na Sala de Referência Histórica da Ilha do Governador, na Biblioteca Municipal sob responsabilidade de Dona Deolinda.

Ainda buscando colher informações relacionadas ao passado e a cultura material indígena da Ilha do Governador, anteciparemos uma interessante informação obtida informalmente em uma conversa com o Seu Jaime Moraes. Trata-se da busca por informações sobre um sítio arqueológico descrito pela arqueóloga Maria da Conceição Beltrão chamado “Aldeamento Tupi – guarani de São Tomé”<sup>106</sup>. Segundo a arqueóloga, esse Sítio continha restos de um antigo Aldeamento Tupi-guarani com farto material cerâmico associado a louça de procedência europeia, anexado ao Museu Nacional. Informa também que esse Aldeamento Tupinambá deve corresponder a um dos cinco descritos por Jean de Lery, em 1557, na Ilha do Governador. Ocorre que atualmente não há nenhum bairro ou localidade na Ilha do Governador com esse nome.

Entretanto, movido pela curiosidade e por um instinto investigativo que lhe é característico, Seu Jaime, buscando informações entre moradores antigos do bairro Freguesia, encontrou uma senhora chamada Dna Suelena, moradora local. Essa senhora informou que há muitos anos existia uma Escola Municipal chamada São Tomé próximo da sua casa e que essa Escola fora demolida. Na demolição foram encontrados, segundo ela, diversos artefatos de origem indígena, os quais foram levados para o Museu Nacional. Em seu livro “Pré-história do Estado do Rio de Janeiro”, Beltrão registra a existência dessa Escola numa pequena elevação, exatamente como relatado pela Dna Suelena. Interessante observar que, nesse caso do sítio São Tomé, não há atualmente nenhum registro formal da sua existência, nem de uma escola com este nome, como havia na época de Beltrão, por isso a grande dificuldade de saber sua localização exata. Nesse sentido, a utilização dos testemunhos, ou seja, da história oral, contribuiu para a confirmação de um dado, a localização exata deste um antigo sítio arqueológico.

Ao entrevistar Dna Deolinda, objetivamos reforçar a ideia de que houve em alguns momentos esforços de algumas pessoas no sentido de buscar uma valorização do legado cultural indígena na Ilha do Governador. Torna-se importante esse registro, em virtude de não sermos levados a pensar que entre os moradores locais há um completo desinteresse quanto a preservação da memória e da cultura material indígena.

A segunda entrevista <sup>107</sup>que realizamos foi com o Sr. Jaime Moraes, e aconteceu no dia 13 de dezembro de 2020, em sua casa, no bairro Bancários, na Ilha do

---

106 BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forence Universitária: Instituto Estadual do Livro, 1978.

Governador. Pessoa de notório saber e profundo conhecedor da História da Ilha do Governador, seu Jaime Moraes, certamente, leu as narrativas contadas pelos cronistas do século XVI, pois em diversos momentos da entrevista citou Jean de Lery e o livro “História da Ilha do Governador”, da historiadora insulana, Cibele de Ipanema.

Segue a entrevista:

*Eu:* O senhor poderia falar um pouco do que sabe sobre a História Indígena da Ilha do Governador?

*Sr. Jaime Moraes:* Existiu, segundo Jean de Lery, cinco tribos principais. Cinco grandes aldeias temiminó. Conforme o mapa deixado por ele, seria uma na região da Portuguesa, outra na Freguesia, outra no Jardim Guanabara e as outras duas não se sabe a localização precisa. Mas uma coisa é certa, em todas essas localidades, havia uma fonte de água doce e potável. E essa tribo foi muito importante pois foram eles que se aliaram aos portugueses e ajudaram a expulsar os franceses.

*Eu:* O senhor tem conhecimento de alguma história, mesmo que fictícia, ou mito, lenda, acerca desses indígenas que viveram na Ilha do Governador?

*Sr. Jaime Moraes:* O que nós temos são as tradições orais porque poucas coisas foram escritas sobre os indígenas. Daí pouca coisa restou. E o que restou, pelas tradições orais, é que Arariboia foi um verdadeiro líder. E quando Arariboia recebeu de presente uma feitoria de Niterói e Icaraí, as mulheres deram-se a lastimar, sentindo a falta de Arariboia. Agora, se isso é um fato concreto ou não, nós não sabemos. Um foi falando para o outro. Estranhamente, ele raramente é citado na Ilha do Governador. Ele é muito relacionado com Niterói porque tem uma estátua dele em Niterói.

Nós tivemos aqui uma tentativa de homenagear Arariboia em 1965, por ocasião dos festejos do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Praticamente toda população participou dos festejos. Houve jogos, campeonatos, mostras etc. Um desses eventos, através da professora Cibele de Ipanema, foi de fazer aqui na Ilha do Governador, uma homenagem a Arariboia. Essa homenagem seria uma estátua no Jardim Guanabara. Então, foi lançada a pedra fundamental em homenagem a Arariboia ali, no início da Rua Ipirú, no cruzamento com a rua Carmem Miranda. Porém, tudo caiu no esquecimento. Não teve monumento nenhum. A pedra fundamental foi soterrada por algum prédio e não se falou mais nisso.

*Eu:* O senhor tem conhecimento de alguma outra homenagem?

*Sr. Jaime Moraes:* Olha, a única outra homenagem que eu conheço foi pela Escola de Samba União da Ilha em 1965, onde o tema do enredo era “De Estácio a Lacerda”. Então, tinha um carro alegórico homenageando Arariboia. Dizem que foi quando Arariboia morreu pela segunda vez, pois o carro alegórico precisava ser transportado da Ilha do governador até a Avenida Presidente Vargas empurrado. Foi quando, o carro com aquela enorme imagem de Arariboia feita de papel marchê, ao passar pela Ponte Velha do Galeão, tombou e caiu da Baía de Guanabara. Aí, começou a gozação, onde diziam que Arariboia morreria mais uma vez afogado. Depois disso, Arariboia caiu no esquecimento total. Mesmo aqui na Ilha do Governador, as

pessoas, quando fazem menção a Arariboia, o fazem relacionando-o a Niterói, inclusive, porque lá está sua estátua.

A entrevista com o Sr. Jaime Moraes nos foi sobremaneira útil, à medida que, entre outras coisas, registra a existência de uma memória contida no imaginário popular que aproxima Arariboia à vilania em contraposição à memória heroica do que se estabeleceu como oficial. Trouxe também informações importantes acerca do ano de 1965, em que se comemorou o quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Nesse ano, conforme pudemos verificar, ocorreram diversas homenagens alusivas à fundação da cidade promovidas pelo governo. Entretanto, ainda que tivessem promovido tentativas de homenagens a Arariboia na Ilha do Governador, nenhuma delas teve força suficiente para se consolidar permanentemente. A Pedra fundamental que se transformaria numa estátua foi completamente destruída e esquecida pelos moradores. Segundo o sr. Jaime Moraes, daquela data em diante nenhuma outra homenagem foi estabelecida.

O terceiro entrevistado foi o Sr. Augusto da Silva Gomes, 59 anos, no dia 18 de março de 2022. Fomos pessoalmente até a sua residência, no bairro Jardim Carioca, na Ilha do Governador. O interesse em entrevistá-lo surgiu em virtude de sua ligação com o meio cultural da Ilha do Governador. Durante a entrevista — que teve duração de 14 minutos e 24 segundos, foram feitas seis perguntas relacionadas à História Indígena da Ilha, associando-a aos sambas de enredo cantados nas Escolas de Samba da Ilha do Governador.

*Eu:* Você teve alguma participação na composição de algum samba de enredo que abordasse a temática História indígena da Ilha do Governador?

*Gugu da Candongas:* Teve um ano, que eu não me lembro muito bem, o carnavalesco do “Boi da Ilha”<sup>108</sup> desenvolveu o enredo “Paranapuã”. Que falava sobre a origem da Ilha do Governador, do porquê desse nome “Paranapuã”, e contava toda essa História. Acho que foi no ano 2000<sup>109</sup> e falava desde a origem até os dias de hoje. Esse tema foi muito rico porque proporcionou a mim e outros conhecer melhor a importância histórica da Ilha do Governador. Nessa ocasião, eu pude pesquisar em detalhes fatos relevantes da História e repassar esse conhecimento à população. Então, o samba ajuda a levar conhecimento, cultura. E esse enredo foi todo voltado para origem indígena da Ilha do Governador.

*Eu:* Você, que circula nesse meio cultural da Ilha, acredita que esse passado indígena é esquecido?

*Gugu das candongas:* Totalmente. É um descaso pois os currículos escolares não abordam isso. Antes abordam uma coisa mais ampla.

<sup>108</sup> Escola de Samba fundada em 13 de março de 1965 na Ilha do Governador.

<sup>109</sup> O referido samba de enredo foi composto no ano 2000 com o título: “Paranapuã — Governador na História de uma Ilha, memórias de uma nação”

Não regionaliza. Então, por exemplo, o aluno da Ilha do Governador aprende sobre Lampião, mas não conhece a importância da origem do lugar aonde mora. Para eles, “Paranapuã” é uma linha de ônibus. Arariboia, nunca ouviram falar, porque não tem nenhuma homenagem a ele. Então, é triste ver a nossa cultura deixada de lado.

*Eu:* Você concorda que o cacique Arariboia merecia receber uma homenagem na Ilha do Governador pela sua importância para a História?

*Gugu da candongas:* Claro. Ele é filho da Ilha do Governador. Ele foi líder dos temiminós e lutou ao lado dos portugueses para expulsar os franceses. E ganhou de presente, Niterói. E foi esquecido depois disso. Aqui na Ilha do Governador ninguém sabe quem foi Arariboia. Mas ele foi um herói. Um grande líder. Por isso, ele é muito importante historicamente. Ele recebeu homenagens do lado de lá, mas aqui não há nada. Há uma homenagem (estátua) a Renato Russo<sup>110</sup>, mas deveria ser o Arariboia. Se lá estivesse, as pessoas iriam perguntar quem era aquela personalidade representada.

*Eu:* Você saberia dizer uma possível causa desse tamanho apagamento da História indígena e da figura de Arariboia?

*Gugu das candongas:* O problema está no currículo escolar, pois deveria haver um direcionamento educacional para cada Estado. Onde fosse dada ênfase a personalidades de cada Estado. História indígena só tem lendas. Essas lendas indígenas são repassadas através das doutrinas dos candomblés, do sincretismo religioso. Porém, isso não se encontra no currículo escolar.

Das quatro entrevistas que fizemos, a do Seu Augusto Gomes (Gugu da candongas) foi a mais enfática e emotiva, mostrando que a memória muitas vezes é permeada de uma carga afetiva. Não é difícil compreender essa postura, visto que, o entrevistado possui uma ligação muito forte com o meio cultural insulano na função de intérprete de samba da Escola de Samba União da Ilha do Governador. Conforme afirma, na composição desses sambas são necessários dedicação ao estudo da história da localidade de modo que a letra do samba transmita uma identificação entre a comunidade e a sua História. Por isso, a entrevista foi marcada por uma fala bastante veemente e enfática no sentido de que a História Local necessita de mais valorização por parte das instâncias governamentais. Assim, chega a usar a expressão “completo descaso” para expressar seu descontentamento.

A última entrevista que fizemos foi com o professor Juberto Santos, e ocorreu no dia 19 de março de 2022, também no bairro Moneró, na Ilha do Governador. Inicialmente, perguntei sobre sua formação e experiência profissional. Ao que ele me respondeu: “Chamo-me Juberto de Oliveira Santos, 40 anos, bacharelado e licenciado em História pela UFRJ, professor da rede municipal do Rio de Janeiro há 12 anos, bem como da rede particular de ensino”.

---

110 Conforme publicação do jornal ILHACARIOCA do dia 12 de julho de 2012, a estátua confeccionada em bronze e assinada pelo escultor Ique, possui tamanho natural de 1,75m e pesa 250 Kg. A inauguração contou com a presença de familiares do Renato, como a sua mãe Carmem Manfredini e seu filho Giuliano Manfredini. Algumas autoridades públicas participaram da solenidade, como o secretário municipal Carlos Roberto Osório, o subprefeito da Ilha Victor Acioly, o secretário de cultura Emílio Kalil, o presidente da Parques e Jardins David Lessa, o presidente da CEDAE Wagner Victor, o Comodoro do Iate Clube Jardim Guanabara José Moraes, o presidente da Escola de Samba União da Ilha do Governador Ney Filardi entre outros. Matéria disponível em: <<https://ilhacarioca.com/renato-russo-ganha-estatua-no-bairro-da-portuguesa/>>



Foram feitas doze perguntas ao professor relacionadas à História indígena e à percepção dos moradores da Ilha do Governador em relação a essa História. A primeira pergunta foi sobre sua formação e experiência profissional, relatada anteriormente, e a segunda, sobre os projetos “Conhecendo a nossa Ilha a pé” e “Rolê da Ilha”, cujo conteúdo falaremos posteriormente. **Segue** a entrevista:

*Eu:* Você considera importante o ensino da História Local (regional) como ferramenta pedagógica?

*Professor Juberto Santos:* Dentro da faculdade de História a gente sempre aprende os períodos longos, os macros períodos, antiga, moderna, medieval, História do Brasil colonial, imperial, republicano. Porém, é uma História muito política, com muitos jargões políticos. E acaba que a gente aprende sobre o macro, e o micro, que também é importante, o dia a dia, a pessoa, fica um pouco à deriva. Para os estudantes, fica muito vago. Fechar os olhos e imaginar há quinhentos anos do Brasil, há trezentos anos atrás na França. É uma coisa vaga. Ela é complexa e ela é muito abstrata. Então, trazer o ensino de História Local é uma maneira de mostrar a importância de entender o seu passado e fazer com que esse estudante possa saber que estudar o lugar onde mora é tão importante como estudar períodos macros. Então, pertencimento, identidade, valorização, preservação, tudo isso está relacionado à ideia de compreender onde moras. Então, por exemplo, eu sempre falo uma frase: “Você só valoriza aquilo que conhece e você só ama aquilo que valoriza”, então, se a gente for pensar na ideia da preservação, o que faz você preservar um monumento, um jardim, um bosque? É você vê que ele é parte de si. Então, se nós ensinamos que a História é importante porque somos parte dela. Por que só valorizar a História da França? Do Egito antigo? Dos Estados Unidos? Da Europa? Do Continente Africano, que é a nossa terra mãe. Não. Também posso valorizar a Ilha do Governador, a região do Tauá, a rua Capanema, entende? Que também são partes desse macro. Então, até a frase da Historiadora Cybele de Ipanema ajuda o entendimento disso: A História da Ilha é parte da História do Brasil, que é parte da História de Portugal e do Planeta. Tudo influi e tudo é influído. Ou seja, tudo é parte, o todo necessita das partes. E a História Local é uma importante peça nesse quebra-cabeça da História.

*Eu:* Você conhece ou teve notícia de alguma tentativa de homenagem ao líder indígena Arariboia? E você conhece algum monumento na Ilha do Governador a essa figura histórica?

*Professor Juberto Santos:* em relação a monumento indígena, pelo que consta só existe um que é estátua da Mãe D’água que fica no bairro Jardim Guanabara. É uma divindade tupi-guarani. Então ela está ali sem identificação. As pessoas têm que adivinhar o que ela significa. A lenda urbana que começa a aparecer que representa a Índia da Pedra da onça ou Maria Santíssima, ali na frente da Igreja, mas nada disso é o correto. Uma mulher de pés e mãos lembrando um peixe, até tipo um sapo. Então, uma figura marinha, uma mistura. É o único monumento indígena, estátua na Ilha do Governador. Arariboia, houve uma tentativa nos anos 60 de fazer uma homenagem, a colocação de um busto ou de uma estátua na região do Jardim Guanabara. Tem uma foto oficial desse evento, dessa tentativa, porém não foi a frente. Não sei o motivo de não ter ido a frente. Não sei se foi por falta de recursos ou por causa de mudança política recente e houve perda de interesse. Ou talvez mesmo naquela época já uma falta

de identificação do próprio Arariboia com A Ilha do Governador. São suposições. Aí cabe pesquisas se existem registros da não continuação de aquele espaço ser um monumento a Arariboia.

*Eu:* Os moradores demonstram conhecer o passado indígena da Ilha do Governador. Se você acha que o passado indígena passa por apagamentos?

*Professor Juberto Santos:* quando a gente esbarra com os moradores e aí vai uma sugestão: fazer umas entrevistas aleatórias quando você estiver andando pela Ilha e pegar pelo menos umas dez pessoas. Acredito que nove pelo menos vão saber que a Ilha foi habitada por povos indígenas. Até porque vários nomes de bairros e ruas são indígenas. Agora, poucos saberão qual era o nome da etnia temiminó. Poucos saberão a importância dessa etnia na História da formação do Rio de Janeiro, que o Arariboia é fruto dessa etnia. Então, quando você fala sobre Arariboia, quando você fala sobre os temiminós as pessoas sempre vão associar à cidade de Niterói, que é onde ele teve mais evidência, mas o povo dele era insulano. Agora, o apagamento se dá de maneira geral. Tem pouco estudo de História indígena, indigenista na escola. É pouco. O estudo sobre eles não é falar da visão do europeu sobre eles. Você saber conhecer pelo menos dez etnias. As pessoas muitas vezes não sabem informar. E aí a gente vai falar do Pataxó, do Yanomami, do Xingu, duas ou três, mas eles não conhecem e são mais de trezentas etnias. E na Ilha do Governador a gente teve uma em especial. Porém, o que nós vemos é, de maneira geral, o habitante do Brasil tem um apagamento em relação ao povo indígena e às vezes um estudo camuflado de várias angústias, vamos dizer assim, de várias caricaturas em que esse indígena é colocado, em que ele ainda faz o barulhinho: Uh, uh, uh, e sabemos que nunca fez porque isso é o índio norte-americano. Andar com tanguinha, muitos povos nem tinham tangas, andavam nus totalmente. Que todo índio se pinta e isso não é verdade, pois há grupos indígenas que nunca usaram tintas, preferiam fazer queimaduras como se fosse tatuagem. Existiam indígenas que não usavam penas porque na região onde habitavam não tinha tantos pássaros então não era costume. Então, se a gente fala assim: todo índio faz isso, todo índio faz aquilo, a gente cai nas caricaturas que é o que aparece muito. Muitas vezes as pessoas olham os indígenas brasileiros semelhantes aos dos desenhos animados, às novelas e aos feriados que passavam na infância das pessoas e aí fica que todo índio é igual. Já começa pelo dia do índio. Olha como eu já falei, dezanove de abril. Não existe um único índio brasileiro. Esse termo indígena muitas vezes é criticado pelos próprios descendentes indígenas. Isso porque eles não se consideram um índio, que é uma caricatura criada pelo europeu. Eles têm nome. Eles são Yanomami. Eles são Cúrios, Tamoios, Goitacases. Então, eles gostam que falem a sua nacionalidade, assim como, eu e você gostamos de ser chamados brasileiros. E não somos um nome externo que alguém deu um dia. Nós falamos a nossa nação. Outra coisa também, esse apagamento, silenciamento, não, nem pela falta de interesse. É tanta informação em cima de cada um de nós que acaba que esse assunto acaba sendo irrelevante diante dos nossos problemas diários. O que eu penso sobre isso é que é necessário fazer uma mudança de atitude. O professor em sala de aula, o pai e a mãe em casa e também as autoridades incentivando cada vez mais. Existe uma Lei de ampliação de ensino de história africana e indígena nas escolas, porém muitos currículos

engessados ainda não permitem que os professores façam amplos estudos sobre isso com os alunos.

No que tange a fala do professor Juberto Santos quando diz: “ várias caricaturas onde o indígena é colocado, em que ele ainda faz o barulhinho: uh, uh, uh...” , identificamos uma crítica pertinente na medida em que evidencia uma visão estereotipada existente, ainda, na consciência da população brasileira de uma forma geral.

Nesse sentido, o historiador Álvaro de Azevedo Gonzaga afirma que nesse contexto foi criado um tipo de mitologia repleta de preconceitos, com figuras projetadas que até hoje emanam efeitos através do mesmo mecanismo de expansão que seguem submetendo ao indígena<sup>111</sup>.

*Eu:* O senhor trata como pessoas. Alguns conhecem Histórias da Ilha, outros não. Então, eu gostaria de saber: entre as pessoas que demonstram conhecer o passado indígena da Ilha, especialmente a figura de Arariboia, que imagem você percebe que essas pessoas guardam de Arariboia?

*Professor Juberto Santos:* Com relação ao povo da Ilha do Governador muitos entendem o Arariboia como líder né. Líder indígena. Um índio importante. No geral, é o que a maioria responde. Alguns vão dizer que ele nasceu na Ilha, mas como eu disse, cabe pesquisa ainda para ter certeza do seu nascimento na Ilha. Muitas pessoas na Ilha do Governador vão falar que já ouviram falar, mas não sabem dizer sobre a pessoa, que já ouviu falar isso em algum lugar. Agora, a grande maioria da Ilha do Governador, e isso é uma suposição, cabe também um questionário, um tipo de pesquisa mais ampla pela internet talvez, mas a grande maioria vai associar Arariboia a Niterói, que é a continuidade dessa História. Ele consegue terras. Ele recebe doações de terras em Niterói e fixa ali um povoado. Dessa fixação de povoado é que vai surgir de São Lourenço dos índios o que futuramente se chamaria Niterói. Então, a fundação de Niterói passa pela figura de Arariboia. Algumas pessoas podem também lembrar da morte dele que não existe uma fonte segura. Afogamento na Baía de Guanabara, próximo de uma Ilha. Mas como é que um líder indígena, forte, vai morrer afogado, também é coisa que cabe pesquisa. Agora, em Niterói. Por estar lá uma estátua. Por estarem lá ruas e bustos pela cidade, existe maior identidade e memória sobre ele. E lá em Niterói com certeza existe essa figura do heroísmo e do banditismo. Vamos chamar assim. Muitos viram ele como traidor porque depois que os portugueses ganham as batalhas também com o tempo escravizaram os índios. Então, aquele que eu apoiei vai me escravizar e quem foi o cara que lucrou com isso, ganhou terra, ganhou visibilidade, mudou de nome. Outros não vão olhar dessa maneira. Vão olhar como um líder, um herói, um vencedor. Seja bandido ou seja herói, Arariboia é uma pessoa como qualquer uma de nós. Qualquer ser humano tem aspectos positivos e negativos e o Arariboia não fugiu disso.

*Eu:* Você acredita que o Estado desvaloriza a História indígena?

*Professor Juberto Santos:* Eu posso perceber que nos últimos tempos essa figura do Estado, esse governo federal, estadual, municipal, nós vemos muitas contradições. Invés de avançar mais esse ensino indígena, essa cultura indígena, o que a gente vê são casos isolados. Existem governos municipais que são amplamente valorizantes à

---

111 AZEVEDO, *Decolonialismo indígena...* p. 22

cultura local, dos povos originários e nós temos outras cidades brasileiras que praticamente ignoram. Com essa Lei de alguns anos atrás do governo federal. Houve um avanço de uma certa maneira, mas o currículo das faculdades de História ainda peca muito; o professor sai da faculdade ainda muito cru nesse assunto. Aí, ele tem que buscar por vias próprias esse tipo de informação. Que há nas grandes capitais facilita, de uma certa maneira, um acesso à rede internacional de computadores, mas a gente trata de um Brasil continental. Existem regiões que não há internet. Existem regiões que ainda não chega encomendas pela internet. Ou então até mesmo a dificuldade dos correios de entregar coisas. Então, até comprar coisas e chegar na sua cidade para te ajudar a dar aula é difícil. Então, ainda há muito a se fazer. Houve alguns avanços, mas a cultura indígena, como eu disse, ela ainda é muito caricatura. Muito engessada. Tem gente que acha que índio tem que morar numa oca. Tem gente que acha que o índio quando tem um celular e calça jeans ele deixa de ser índio. Sempre falo com os meus alunos. Eles não deixam de ser quem são só porque tem um celular na mão.

*Eu:* Você falou da maneira com que as pessoas veem o indígena. Muitas vezes de forma caricata. Nesse sentido, você acha que a sociedade desvaloriza a História Indígena?

*Professor Juberto Santos:* Aqui na Ilha do Governador não consigo perceber dessa forma. O que eu vejo é um não conhecimento mesmo. Quando a gente está nesses movimentos de caminhada ou pelas redes sociais e perguntamos o que significa “temiminó”, por exemplo, os alunos pesquisam no google e ficam impressionados quando descobrem que se trata de uma etnia indígena. Então, se a gente olhar desse ponto de vista, dessa pequena análise simples, aquela pessoa que não sabia, não significa que ela desvalorizava, porém que não conhecia. Como eu disse em fala anterior, as pessoas têm tantas angustias diárias que esse tipo de leitura, que muitas vezes, não há um tempo hábil para acessar esse tipo de informação. Não significa desvalorizar. Então, está faltando na Ilha do Governador estímulos. As pessoas passam pelo nome da rua, moram no bairro Tauá, mas falta um estímulo para saberem que significa “barro vermelho”. Porque não há nenhuma placa na Ilha do Governador com uma placa dizendo o que significa. Não há nenhum lugar público, um espaço público que tem o Brasão da Ilha explicado. Então, estudar História Local na Escola é uma forma de incentivar, assim como os passeios que fazemos. Assim, as pessoas passam a valorizar a História Indígena à medida que vão tomando conhecimento. Eu só valorizo aquilo que conheço. Eu só amo e preservo aquilo que valorizo. Então, as pessoas precisam conhecer. Depois, elas precisam aprender a dar o valor devido. Isso é identidade. Isso que é a parte mais difícil, criar identidade.

*Eu:* Você percebe algum tipo de preconceito entre a população insulana com a cultura e a História Indígena?

*Professor Juberto Santos:* Acredito que o primeiro preconceito é o próprio nome, né. Quando a gente se refere aos povos originários, às sociedades nativas brasileiras como “índio”, você está fazendo um forte preconceito em cima dele. Apesar de que, alguns grupos gostam desse nome. Mas como assim gostam desse nome? É porque para esses grupos você dizer a palavra “índio”, significa “ser povo originário”. Então para essas pessoas, a palavra índio tem um aspecto positivo. No restante, não há nenhum tipo de aceitação. O adjetivo

criado externamente esquece das etnias. Outra questão é como aparecem nas mídias os povos indígenas. Normalmente é só quando eles estão fazendo manifestações em relação à terra, em relação à ataques. Então, até no carnaval uma vez fizeram uma chacota: a letra de um samba dizia: “índio quer apito, se não der, pau vai comer”. Então, o índio é sempre o chato, o índio é sempre o “reclamão”. Então, há sim um certo preconceito por parte da sociedade e de parte das mídias e de uma tradição que ainda não mudou. Esse povo indígena que não é valorizado, não aparece no livro de História de maneira correta. No livro didático, fala-se bastante do povo indígena, inicialmente. Que ele ajudou no pau-brasil. Daqui a pouco, ele começa a ser escravizado. Daqui há pouco você vira da página dezenove para página vinte o índio sumiu. Ninguém mais fala do índio no livro. Aí, começa a falar do elemento africano. Chegaram os africanos. Aí, começa a escravidão africana. Depois das revoltas escravas, da importância do escravizado, do trabalho. Daqui a pouco, você vira a folha e o negro sumiu. E aí quando vira a chave para o século XX com a Proclamação da República, o negro sumiu, o índio sumiu e só começa a falar de presidente e vira uma História Política de novo. Então, esse apagamento, esse silenciamento em camadas de esquecimento acontece, já, no âmbito escolar.

Por fim, a entrevista com o professor Juberto Santos ajudou-nos a realizar uma análise mais precisa acerca da relação entre a população da Ilha do Governador e a História Indígena local.

A análise das entrevistas permite-nos concluir que apesar de não haver monumentos em homenagem a Arariboia na Ilha do Governador, uma parte da população gostaria que o líder indígena fosse homenageado. Outra conclusão a que chegamos foi a de que em todas as falas prevaleceu a visão do indígena heroicizado, influenciada fortemente pela historiografia tradicional do IHGB, foco da produção de memórias e narrativas nacionais a presença ainda do discurso colonial. Tal fato evidencia a permanência do enquadramento da memória construído lá atrás, no início da Primeira República.

O heroísmo que verificamos associado à figura do cacique deveu-se, primordialmente, à construção narrativa produzida por uma historiografia específica, positivista. À luz das novas interpretações historiográficas, busca-se evidenciar o papel de protagonismo exercido pelos povos indígenas na História do Brasil. Protagonismo, embora produzido no passado, mas que também pode ser visto no presente. Verifica-se, atualmente, a participação dos indígenas não somente como meros receptores de suas trajetórias contadas por outros, mas como produtores de suas próprias narrativas históricas, à medida que vão ocupando espaço em diversos setores da sociedade, inclusive, no meio acadêmico. Observa-se, também, que destaque tem sido dada à análise do indígena idealizado em contraposição ao indígena real, de carne e osso,

presente e atuante em seu tempo. Há um contrassenso a esse respeito, por exemplo, nos anos iniciais da Primeira República, ao mesmo tempo em que o indígena era retratado como símbolo da nacionalidade e exaltado nas páginas dos jornais, as políticas e ações governamentais do mesmo período, tinham suas ações pautadas no pensamento assimilacionista, o qual advogava o desaparecimento progressivo desses povos.

Por mais curioso que possa parecer, ainda podemos constatar na fala dos entrevistados marcas do discurso colonial, onde o indígena se apresenta idealizado, romanceado, portador dos ideais de honra e patriotismo, sentimentos estes cultivados pelos ideais nacionalistas do movimento romântico. Já no início das entrevistas, acabo utilizando, assim como os demais entrevistados, os termos “tribo” e “índio” para designar o povo da etnia temiminó e o indivíduo pertencente a essa etnia. Sabemos, porém, que esses termos caíram em desuso entre os estudiosos do tema e entre a maioria dos indígenas atualmente.

### 3.2. As fotografias

Foram utilizadas cinco fotografias para compor essa parte da pesquisa. Acreditamos que elas possam contribuir para o objetivo principal desse capítulo, qual seja, compreender a forma como os moradores da Ilha do Governador lidam com o passado indígena local. Nelas foram registrados monumentos, pinturas e eventos que, a nosso ver, representam parte da identidade dos insulanos. São elas: o quadro em homenagem a Arariboia, a cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental em homenagem a Arariboia em 1965, a estátua Mãe D’água, a estátua da Pedra da Onça, registro dos Projetos “Rolê da Ilha” e “Conhecendo a nossa Ilha a pé” e, por fim, a placa de rua “estrada de maracajás”.

Utilizando-nos da metodologia histórico semiótica proposta pela pesquisadora Ana Maria Mauad, pretendemos utilizar as fotografias tomando-as como fontes históricas capazes de serem analisadas em categorias culturais. Entretanto, convém lembrar, que os objetos representados nessas fotografias é que são o foco da pesquisa. Ainda que o número de fotografias que lançamos mão seja pequeno, acreditamos que, ainda sim, seja suficiente para o alcance dos objetivos propostos.

Dessa forma, vemos que tem sido crescente a utilização da fotografia em pesquisas acadêmicas, contribuindo para o surgimento de diferentes abordagens metodológicas<sup>112</sup>. Conforme aponta Peter Burke, a fotografia pode ser usada no processo de reconstrução da cultura cotidiana das pessoas comuns<sup>113</sup>. A historiadora, Ana Maria Mauad<sup>114</sup>, observa que há duas maneiras de se operar a relação entre a fotografia e a história. A primeira diz respeito ao que se costumou chamar circuito social da fotografia. Nesse caso, busca-se inventariar os processos de evolução da técnica fotográfica. A segunda, a qual nos encaixamos, busca compreender o lugar da fotografia na História.

Ademais, convém salientar que as fotografias, assim como qualquer outra fonte histórica, podem ser analisadas tanto na dimensão imagem/documento quanto

112 POSSAMAI, Rita Rosane. Fotografia, História e Vistas urbanas. *História*. São Paulo

113 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. — São Paulo: Editora Unesp, 2017.

114 MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996. P. 73 – 98.

imagem/monumento, conforme estabeleceu Jacques Le Goff. Nesse sentido, Ana Maria Mauad afirma que:

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado — condições de vida, moda, infraestrutura urbana e rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro.<sup>115</sup>

Por conseguinte, entendemos a fotografia não apenas como uma unidade de registro ou de arte, mas também como uma fonte histórica capaz de imortalizar uma época. Os monumentos são espaços de expressão do imaginário popular e, assim sendo, as fotografias disponibilizadas nesta pesquisa, as quais registram monumentos ligados à memória indígena (espaços/lugares de memória) na Ilha do Governador, serão utilizadas como suporte para melhor compreender a relação dos moradores locais com a memória de Arariboia e indígena. Há de se considerar, também, que as fotografias constituem uma representação do vivido, e a construção do discurso narrativo através delas, opera-se pela seleção intencional de imagens, assim como, na construção de memórias.

No que diz respeito à localidade estudada, as homenagens a Arariboia na Ilha do Governador são bem mais modestas quando comparadas com as encontradas em Niterói. A trajetória do cacique temiminó perpassa, pelo menos, três localidades, conforme as crônicas dos séculos XVI ao XIX. São elas: Ilha do Governador, local de origem da nação temiminó; Espírito Santo, para onde foram aldeados em 1555, e, finalmente, Niterói, cujo núcleo inicial de povoamento chama-se Aldeia de São Lourenço dos índios. Desta feita, ao buscarmos analisar a memória dos insulanos, estaremos também traçando paralelos com o imaginário social dos niteroienses.

É possível fazer um breve cenário comparativo entre o volume de monumentos que homenageiam Arariboia em Niterói e na Ilha do Governador. Conforme citado nos capítulos anteriores, há em Niterói inúmeros monumentos significativos, dentre os quais podemos destacar: a estátua em frente à estação das barcas, o busto em sua homenagem em frente à Igreja de São Lourenço dos índios, o quadro de Antonio Parreiras “A Fundação de Niterói”, no Palácio Arariboia, etc. Enfim, são diversos espaços de memória possíveis de serem encontrados naquele município. Já, na Ilha do Governador, há pouquíssimas homenagens, e as que existem são muito menos significativas. Encontramos um quadro contendo uma imagem de Arariboia no centro de Referência Histórica da Ilha do Governador e tomamos conhecimento de que em 1965 foi erguida uma Pedra Fundamental com o intuito de homenageá-lo.

A figura 4 é um registro fotográfico que tiramos, no dia 5 de abril de 2022, do quadro em questão. O quadro, porém, é uma fotografia tirada da pintura original que foi emoldurada e doada para à Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, a principal da Ilha do Governador. O quadro original foi pintado pelo artista plástico insulano Renaud Hatmannek. A singela obra foi doada pelo próprio Hatmannek em 2008. No verso do quadro, conforme a figura 5, está escrito: “Ofereço como doação o presente quadro de Arariboia à Biblioteca Popular Municipal da Ilha do Governador – RJ – Euclides da Cunha. Com muito respeito e apreço do colaborador, Eurico Lobato, 26 de janeiro de 2008”. Nele, Arariboia aparece ao centro de braços cruzados. Na parte inferior, foram pintados o busto de Arariboia, a Igreja de São Lourenço dos índios e a estátua de Arariboia da Praça das Barcas, todos monumentos existentes em Niterói.

115 MAUAD. *Através da imagem...* p. 8.

Ocorre que a produção desse quadro não se deu por iniciativa governamental ou por esforços da população em promover a memória do cacique, mas de uma iniciativa particular. Segundo o autor do quadro, Renaud Hatmannek, o quadro fora encomendado por um homem chamada Eurico Lobato, que queria fundar um templo espírita, e o patrono do templo deveria ser um indígena. Então, escolheram o próprio Renaud para que criasse uma pintura representando Arariboia. Logo, vemos que a motivação para produção da homenagem é mais religiosa, atrelada especificamente à crença espírita do que uma ação pública.

Outrossim, tal imagem pode ser analisada na dimensão de monumento no sentido em que constitui um símbolo escolhido por determinado grupo social no passado, e estabelecido como uma imagem a ser perenizada para o futuro.



*Figura 4 – Quadro em homenagem a Arariboia no Centro de Referência Histórica da Ilha do Governador  
— Fotografia tirada em 5 de abril de 2022*





Figura 5 –Verso do quadro em homenagem a Arariboia — Fotografia tirada em 5 de abril de 2022

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DAS IMAGENS 4 E 5

Agencia Produtora/Ano	Pessoal/2022
Local retratado	Ilha do Governador
Tema retratado	Memória indígena
Pessoas retratadas	Não há
Objetos retratados	Quadro em homenagem a Arariboia
Atributo das pessoas	Não há
Atributo da paisagem	Não há
Tempo retratado	Manhã

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DAS IMAGENS 1 E 2

Agencia Produtora/Ano	Pessoal/2022
Tamanho da foto	11 x 10cm/ 101,16KB
Formato da foto e suporte	Vertical
Tipo de foto	Digital

Assim sendo, podemos analisar essa fotografia como reveladora de um modo de pensar, de uma vertente religiosa de uma determinada época, conforme aponta Mauad.

A Pedra fundamental homenageando Arariboia foi erguida em 1965, no contexto das comemorações do IV Centenário da Fundação da cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação da historiadora insulana Cybele de Ipanema, futura diretora

do IHGB. Em seu livro “História da Ilha do Governador”, Cybele descreve como foi o evento e o seu desfecho:

De nossa parte, já tentamos resgatar essa dívida de gratidão com o bravo maracajá. No ano do IV centenário do Rio de Janeiro, como vice-presidente da Comissão de Melhoramentos da Ilha do Governador (Coimig), sugerimos o lançamento de pedra fundamental a um monumento a Arariboia. Foi festivamente lançada em 24.01.1965, no cruzamento da Rua Ipiru com a Praia da Bica, no Jardim Guanabara. (...). Não se ergueu monumento nem respeitaram, se quer, o local. Muro particular invadiu a praça, ocultando onde estaria a pedra”.<sup>116</sup>

A figura 6 nos foi disponibilizada pelo seu Jaime Moraes, e, segundo ele, é um registro da cerimônia de erguimento da Pedra Fundamental a Arariboia, citada por Cybele. Ainda que não tenhamos provas concretas de que se trata da mesma cerimônia citada pela historiadora Cybelle de Ipanema, a meu ver, é muito provável que essa informação seja verdadeira, pois comparando a geografia do lugar, percebe-se que se trata do local descrito pela historiadora: encontro das ruas Ipiru e Carmem Miranda. É uma planície elevada de frente para a praia. Ao fundo, à esquerda, a costa faz uma curva em direção ao mar, idêntico ao que se vê hoje. Naquela ponta, encontra-se o Depósito de Combustíveis da Marinha. Dessa forma, é possível constatar também a tendência que as Forças Armadas têm de pautar suas homenagens em consonância com as deliberações dos órgãos oficiais de produção de memórias como o IHGB e a Biblioteca Nacional, por exemplo. Semelhantemente ao que ocorreu no início da Primeira República onde esses órgãos oficiais e muitos militares promoveram o perfil belicoso do líder Arariboia, na fotografia abaixo constatamos novamente esses dois grupos bem representados, o IHGB na figura da historiadora Cibele de Ipanema e a presença de militares representando as Forças Armadas. A Ilha do Governador foi, desde os primórdios, um local estrategicamente bem localizado em termos de defesa, de modo que a presença de diversos quartéis da Marinha e da Aeronáutica são bem marcantes.

---

116 IPANEMA, *História da Ilha do Governador...* p.59 -60

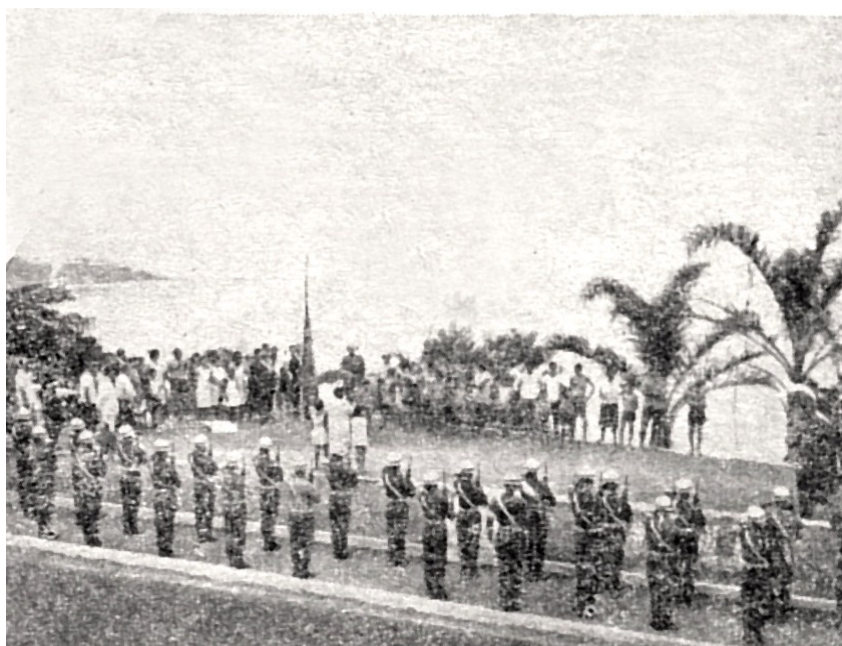


Figura 6 – Provável cerimônia de erguimento da Pedra Fundamental a Arariboia em 1965

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DA IMAGEM 6

Agencia Produtora/Ano	Desconhecido/1965
Local retratado	Ilha do Governador/Jardim Guanabara
Tema retratado	Memória indígena local
Pessoas retratadas	Moradores, militares e autoridades
Objetos retratados	Pedra fundamental a Arariboia
Atributo das pessoas	Não há
Atributo da paisagem	Elevação plana frente ao mar
Tempo retratado	Manhã ou tarde

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DA IMAGEM 6

Agencia Produtora/Ano	Desconhecida/ 1965
Tamanho da foto	8,5 x 11,0 cm
Formato da foto e suporte	Horizontal
Tipo de foto	Digital

Se por um lado, não encontramos quase nada sobre Arariboia na Ilha do Governador. Por outro lado, em relação ao passado indígena da Ilha como um todo, verificamos um número mais expressivo de homenagens. Desta feita, podemos destacar a estátua “Mãe D’água”, a “Pedra da onça”, alguns sambas de enredo da Escola de Samba “União da Ilha do Governador” e “Boi da Ilha”, e os diversos nomes indígenas de bairros e ruas.

Sobre a Fonte “Mãe D’água”, ou “Sereia” como é popularmente conhecida, aqui representada na figura 7, trata-se de uma escultura em bronze inspirada numa lenda amazônica, meio indígena meio peixe, sobre uma vitória-régia também em bronze, construída em 1968 no governo Carlos Lacerda. A escultura fica em frente à Igreja mais antiga da Ilha do Governador, a paróquia de N. S. da Conceição, antiga capela do engenho de Salvador Correa de Sá, construída na primeira metade do século XVII.

Chama a atenção, na Ilha do Governador, a ocorrência de monumentos que representam figuras indígenas femininas.



Figura 7 – “Mãe D’água”. Fotografia tirada em 19 de janeiro de 2023

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DA IMAGEM 7

Agencia Produtora/Ano	Pessoal/2023
Local retratado	Ilha do Governador
Tema retratado	Memória indígena local
Pessoas retratadas	Não há
Objetos retratados	Estátua Mãe D’água
Atributo das pessoas	Não há
Atributo da paisagem	Praça pública
Tempo retratado	Manhã

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DA IMAGEM 7

AGENCIA PRODUTORA/ANO	Pessoal/2023
Tamanho da foto	12 x 11,5cm
Formato da foto e suporte	Vertical
Tipo de foto	Digital

Outra escultura que remete à figura indígena feminina é a da “Pedra da Onça”, localizada na Freguesia. Trata-se, na verdade, da representação de um *maracajá*, felino menor que uma onça e maior que um gato doméstico, muito comum na Ilha quando da

chegada dos europeus. Ademais, os temiminós, eram chamados, principalmente, de os *índios do gato*, ou maracajás, tanto pelos portugueses quanto pelos tamoios, e, seu principal líder à época chamava-se maracajá-Guaçu, pai de Arariboia.

A imagem do felino está relacionada a uma antiga lenda entre os moradores locais, a qual tem como personagem principal uma figura indígena. Segundo a lenda, essa mulher sempre se banhava por aquelas bandas, e seu companheiro, o maracajá, ficava em cima de uma pedra à beira mar, aguardando o retorno de sua dona. Certo dia, a mulher não retornou do banho de mar, e o felino ficou por dias em cima da pedra aguardando seu retorno, até morrer, pois sua dona nunca mais retornou.

Em um sentido menos metafórico, a estátua deve ser entendida também como uma homenagem ao felino que foi soberano na Ilha do Governador por muitos séculos, fazendo-nos lembrar da importância da conscientização quanto a preservação da fauna de um lugar.



Figura 8 – “Pedra da onça”, fotografia tirada em 26 de março de 2022

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DA IMAGEM 8

Agencia Produtora/Ano	Acervo pessoal/2022
Local retratado	Ilha do Governador/Freguesia
Tema retratado	Memória indígena local
Pessoas retratadas	Não há
Objetos retratados	Estátua Pedra da onça
Atributo das pessoas	Não há
Atributo da paisagem	Estátua do felino bastante conservada
Tempo retratado	Manhã

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DA IMAGEM 8

Agencia Produtora/ano	Acervo pessoal/2022
Tamanho da foto	9 x 13,0cm/101KB

Formato da foto e suporte	Horizontal
Tipo de foto	Digital/amador

A lenda da “Pedra da onça” parece ser uma recriação de histórias presentes na literatura romântica brasileira e que sofreu adaptações no imaginário popular local. A indígena da Pedra da onça possui um animal que a acompanha, o gato maracajá, assim como Iracema, do romance de José de Alencar, que tinha a jandaia, espécie de ave, que sempre a seguia, até mesmo após sua morte. A ideia do sofrimento e do abandono também estão contidos nas duas versões. Iracema morre de sofrimento pela perda do seu grande amor, que havia partido para Portugal. Uma das interpretações literárias possíveis para o caso de Iracema é que ela representaria a nação brasileira que foi explorada pelo português e deixada entregue à própria sorte. Similarmente, a personagem da Pedra da onça, parece representar o sofrimento de uma coletividade, do povo insulano que teria sido abandonado por Arariboia. Como se a fuga dele ainda reverberasse no imaginário coletivo dos insulanos ainda nos anos iniciais do século XX, ainda que a fuga dos temiminós tenha ocorrido em meados do século XVI.

Quando um evento que ocorreu em um momento muito distante no tempo, mas permanece vivo na memória de um grupo pela forte identificação ou rejeição, dá-se o que Michel Pollak chamou de acontecimentos “vividos por tabela”, um dos elementos constitutivos da memória, que seriam aqueles em que a identificação com o passado é tão forte que as pessoas que não viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. É possível observar, também, o que o historiador italiano Carlo Ginzburg define como “circularidade”, ou seja, a dinâmica dialógica entre os níveis culturais pertencentes ao erudito e popular, em que tanto os elementos culturais das classes dominantes quanto os elementos das classes subalternas, mantem uma relação entre si, filtrando à sua maneira os elementos pertencentes às suas respectivas classes, de modo que houvesse uma interação cultural entre as duas culturas.

No caso da fotografia da “Pedra da onça”, registra-se um monumento que fora recentemente restaurado, evidenciando, dessa forma, a importância que aquele objeto tem para os moradores daquele lugar. Trata-se também da segunda versão da estátua que fora colocada naquele lugar em 1965, em substituição à primeira que se encontrava bastante deteriorada e datava de 1937. Aqui a fotografia possui relevância, a nosso ver, por considerarmos importante o registro das condições do seu estado de conservação, uma vez que, caso o monumento fosse encontrado completamente destruído, indicaria provável descaso das instâncias governamentais ou falta de importância dada pela população local. Entretanto, tendo sido encontrado em ótimas condições de conservação e levando em conta os longos anos que se encontra por lá, percebe-se que aquele ícone constitui algo significativo para os moradores.

Na figura 9, abaixo, vemos a fotografia dos participantes dos projetos “Conhecendo a nossa Ilha a pé” e “Rolê da Ilha”. Na fotografia, estão o professor de História Juberto Santos, ao centro, explicando a lenda em torno da Pedra da onça (ao fundo) e os participantes. Foi possível acompanharmos pessoalmente o trajeto percorrido pelos participantes desse passeio guiado.

A fotografia demonstra que a lenda da Pedra da onça continua popular entre os moradores da Ilha do Governador. O passeio organizado pelo professor Juberto Santos atraiu dezenas de moradores insulanos em torno do monumento, conforme vemos na figura 9. Acompanhamos *in loco* o trajeto percorrido pelos participantes dos Projetos “Conhecendo a nossa Ilha a pé” e “Rolê da Ilha” o qual teve como ponto de partida a Pedra da onça e por término a outra extremidade da orla da Praia da Freguesia. O evento contou com a participação de cinquenta e três pessoas com idade entre doze e setenta e

um anos, vinte e três homens e trinta mulheres. Na ocasião foi possível entregarmos um questionário — conforme os anexos 5 e 6 — à pelo menos vinte e cinco participantes. Dos vinte e cinco que o responderam, doze possuíam nível superior, dezesseis estudaram em escola pública e nove em escola particular, treze sabiam quem foi Arariboia e doze não sabiam.



Figura 9: Fotografia do Projeto “Rolê da Ilha”, organizado pelo professor Juberto Santos tirada em 26.03.2022

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DA IMAGEM 9

Agencia Produtora/Ano	Acervo pessoal/2022
Local retratado	Ilha do Governador/Freguesia
Tema retratado	Memória indígena local
Pessoas retratadas	Professor Juberto Santos e participantes
Objetos retratados	Participantes do Projeto “Rolê da Ilha”
Atributo das pessoas	Moradores da Ilha do Governador
Atributo da paisagem	Juberto explica a lenda em torno do felino
Tempo retratado	Manhã

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DA IMAGEM 9

Agencia Produtora/ano	Acervo pessoal/2022
Tamanho da foto	12 x 9,0cm/1,82MB
Formato da foto e suporte	Horizontal
Tipo de foto	Digital amador

A última fotografia analisada (figura 10), registra a imagem da placa de rua “Estrada de maracajás”, importante via do bairro Galeão na Ilha do Governador, que flui paralela à Estrada do Galeão e possui tráfego intenso de veículos mesmo sendo uma via

secundária, cortando a vila militar da Aeronáutica desde o Hospital Pediátrico Nossa Senhora do Loreto até o interior da Base Aérea do Galeão. A rua possui grande movimento pessoas e carros, pois constitui rota principal para moradores da comunidade Via Joaniza, principalmente estudantes de escolas próximas e rota alternativa para carros que buscam se livrar de engarrafamentos na Estrada do Galeão e acessar a entrada da Vila de suboficiais e sargentos, o Aeroporto Internacional ou a Base Aérea.

Ademais, a ocorrência de bairros e ruas com nomes indígenas na Ilha é bastante comum. A título de exemplo, conforme o dicionário *on line*,<sup>117</sup>Toponímia insulana, o bairro Cacua significa “mato que cai, que se desprende”, de ka’a (mato), e kuí (cair, se desprender). Também, há duas localidades que pertencem ao Galeão: Tubiacanga, é uma corruptela de tupi-acongá que significa “chefe forte, cabeça emplumada” e Itacolomi, significa “menino de pedra” através da junção dos termos ita (pedra) e kunumi (menino).



Figura 10 – “Placa Estrada de Maracajá”. Fotografia tirada em 19 de janeiro de 2023

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DO CONTEÚDO DA IMAGEM 10

Agencia Produtora/Ano	Acervo pessoal/2023
Local retratado	Ilha do Governador/Galeão
Tema retratado	Memória indígena local
Pessoas retratadas	Não há
Objetos retratados	Placa de rua: estrada maracajás
Atributo das pessoas	Não há

117 <http://www.toponimiainsulana.com.br/>



Atributo da paisagem	Placa bem conservada
Tempo retratado	Manhã

#### FICHA DE ELEMENTOS DA FORMA DA EXPRESSÃO DA IMAGEM 10

Agencia Produtora/Ano	Acervo pessoal/2023
Tamanho da foto	9,5 x 11cm/146KB
Formato da foto e suporte	Vertical
Tipo de foto	Digital amador

Por conseguinte, em consonância com a metodologia proposta por Ana Maria Mauad, após desmembrarmos as fotografias em unidades culturais, devemos realocar tais unidades em categorias espaciais, a saber: o espaço fotográfico, o espaço geográfico e o espaço da vivência.

Assim sendo, acerca do espaço geográfico, temos que, quatro, das cinco fotografias foram produzidas, de forma amadora, pelos próprios autores da pesquisa. Tais fotos foram tiradas através de um aparelho smartphone modelo Samsung A 21-S, gerando fotografias em formato digital. Todas produzidas entre os anos de 2021 e 2023. Somente a fotografia que registra a cerimônia de erguimento da Pedra Fundamental a Arariboia (Figura 6), de autor desconhecido, é que parece ter sido produzida por um profissional incumbido de registrar o evento em 1965.

No que diz respeito aos atributos da paisagem, ou seja, o espaço geográfico, todas as fotografias foram tiradas na Ilha do Governador e registram monumentos ou eventos relacionados à memória indígena. Todas elas registram espaços públicos.

Quando nos referimos ao espaço das vivências estamos tratando do registro das atividades, vivências e eventos que se tornam alvo do ato fotográfico. Assim sendo, podemos tomar como ponto de partida a fotografia que registra o passeio guiado “Rolê da Ilha” (Figura 9), pois ela registra a participação de muitos moradores insulanos interessados em conhecer e valorizar a memória local. Especificamente, o passeio registrado, cujo percurso tinha como ponto principal a Pedra da onça — ponto turístico envolto numa lenda indígena — movimentou o maior número de participantes desde o primeiro evento em 2008, a saber 53 pessoas. Portanto, a julgar pelo excelente estado de conservação dos monumentos e pela participação dos moradores, podemos asseverar que eles julgam importante a manutenção dessas lendas indígenas. Nestas cinco fotografias, podemos afirmar que não são meras unidades de registro, mas fontes capazes de imortalizar uma época e revelar formas de viver e pensar sobre o passado.

Para entender melhor, basta imaginarmos a hipótese de que esses monumentos estivessem todos destruídos ou vandalizados. Poderíamos também imaginar se esses monumentos tivessem sido substituídos por outros, revelando assim uma mudança de foco na valorização dos seus ícones e valores. Em 2006, por exemplo, a antiga Praça do Pacificador, no município de Duque de Caxias, na baixada fluminense, recebeu, no lugar da estátua do Duque de Caxias e do chafariz, uma Biblioteca e um Teatro. O foco passou a ser a valorização do ensino e da cultura.

Por fim, parafraseando a historiadora Ana Maria Mauad, convém lembrar que, a metodologia ora aplicada, longe de ser um receituário estrito, lembra mais uma receita de bolo, onde cada mestre cuca adiciona ingrediente a seu gosto. Por isso, o historiador está mais preocupado com as questões do seu tempo do que com as do passado e é justamente nessa relação que reside o fazer historiográfico.

## Conclusão

Inicialmente, lançando mão de ilustrações obtidas de alguns periódicos da Primeira República, apresentamos o repertório imaginativo que caracterizou os anos iniciais daquela época. Ao contextualizarmos esse momento de grande convulsão social, e propício à criação de mitos, mostramos que, assim como as lideranças nacionais buscaram estabelecer novos símbolos republicanos, na cidade de Niterói, seus dirigentes esforçaram-se, também, em produzir os seus. Desse esforço, surgiu o mito heroico de Arariboia, o qual permanece atualmente.

Em seguida, a partir da análise das principais publicações dos jornais *O Fluminense* e *A Notícia*, no período de 1889 a 1920, conseguimos identificar os principais agentes que atuaram na promoção do mito heroico de Arariboia, bem como, as motivações desse esforço coletivo. Nesse sentido, vimos que, a saga de promoção da memória de Arariboia envolveu diversos setores da população niteroiense, tais como, a imprensa local, descendentes do cacique, vereadores, jornalistas e alguns militares. Esse empenho esteve intimamente ligado ao momento em que a cidade de Niterói perdeu o status de capital estadual, visto que, em 1893 a capital fora transferida para Petrópolis por conta da eclosão da Revolta da Armada.

No terceiro e último capítulo, com a finalidade de compreender a relação da memória indígena e de Arariboia entre os moradores da Ilha do Governador, utilizamos o método da História Oral, realizando quatro entrevistas com moradores locais, questionário e a análise de fotografias. Esses três recursos permitiram verificar a identificação que existe entre os moradores da Ilha do Governador e o seu passado indígena. Pelas entrevistas e pelos questionários, verificamos um consenso entre os entrevistados de que a história indígena em geral e, sobretudo, a local, padece de descaso e apagamentos, necessitando de valorização. Além disso, era comum na fala dos entrevistados e das pessoas que a figura de Arariboia e dos temiminós merecia maior reconhecimento pelas instâncias governamentais. Ainda que essas informações iniciais colhidas dos moradores pareçam óbvias, elas, entretanto, afastam a possibilidade da suposta aversão dos moradores para com a figura de Arariboia, como se imaginou inicialmente. Pensávamos, portanto, que a suposta aversão explicaria a inexistência de monumentos homenageando o cacique e seu povo na Ilha do governador. Dois fatores principais contribuíram para que pensássemos assim, a saber: a persistência de narrativas que aproximavam Arariboia de uma espécie de anti-herói, como uma disputa de duas memórias, uma, oficial, que o apresentava como uma grande liderança indígena, e outra memória contida no imaginário popular que evocava sua vilania. Na entrevista com O sr. Jaime Moraes, verificamos essa versão quando ele diz que “as mulheres ficaram furiosas e lamentaram a saída de Arariboia da Ilha do Governador”; o segundo fator foi a destruição total da pedra fundamental em homenagem ao cacique em 1965. Porém, esses dois fatores conflitavam com o conteúdo geral das entrevistas e dos questionários que apontavam um grande desejo dos insulanos em homenagear o líder temiminó.

Nesse sentido, a pouca expressividade no que diz respeito a homenagens aos temiminós — não existe nenhuma estátua de Arariboia na Ilha do Governador —, se explicaria, a nosso ver, entre outros fatores, pelo fato de o cacique não ter apresentado tanta relevância política a ponto de movimentar setores expressivos da sociedade local com o intuito de promover sua memória. Em Niterói, por exemplo, conforme apontado anteriormente, a promoção da memória do cacique envolveu diversos setores da sociedade niteroiense, pois ali estava em jogo a retomada da relevância política perdida com a transferência da capital estadual para Petrópolis.

Lançando um outro olhar sobre a pesquisa, foi possível perceber, tanto no conteúdo das matérias publicadas nos jornais da Primeira República quanto nas falas dos entrevistados, a persistência de uma linguagem carregada de traços do colonialismo. E até mesmo, resquícios de preconceitos em relação aos povos originários.

De um modo geral, o legado indígena na História do Brasil experimenta constantes processos de apagamentos e de negação, com mais ou menos intensidade, variando no tempo e no espaço. Não por acaso, a historiadora Lia Vieira Ramalho Bastos observa que “a memória sobre os povos naturais da terra encontra-se defasada, assim como sua construção histórica”.<sup>118</sup>

Entendemos, portanto, que a presente pesquisa deixa abertura para novos caminhos que podem enriquecer seu conteúdo, dentre os quais destaco a possibilidade de incluir o estado do Espírito Santo como recorte espacial, visto que foi o lugar berço da formação do aldeamento temiminós, antes de ocuparem a sesmaria de São Lourenço dos Índios. Acrescento também a produção de fontes orais — entrevistas — em Niterói, pois, poderão ser úteis na compreensão da memória no tempo presente daquela localidade.

É preciso amadurecer entre a população o interesse de problematizar as visões naturalizadas sobre esses agentes históricos. Dessa forma, as novas interpretações acerca do papel dos povos indígenas na História vão se revestindo de relevância acadêmica à medida que visam desconstruir ideias preconceituosas, discriminatórias e, ainda, coloniais.

A criação da Lei nº 11645, de 10 de março de 2008, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas indígenas no ensino básico, foi um marco no sistema educacional brasileiro, ainda que tal conhecimento careça de ser melhor trabalhado na formação dos professores. Há a necessidade de se investir em novas pesquisas e na formação dos professores para se tornarem habilitados a este trabalho. Neste sentido, as significativas contribuições da antropologia e da etnologia podem ser ressaltadas.

A memória, na visão de muitos pesquisadores, é um pensar do presente sobre o passado. Nesse sentido, o que os tempos atuais legam sobre o passado indígena brasileiro? Coadjuvantes ou protagonistas? As entrevistas nos ajudam a refletir sobre estas questões e a nos animar, na medida em que a procura pelo conhecimento do passado da Ilha é uma constante e que, aos poucos, principalmente com uma educação voltada ao ensino do protagonismo indígena, possamos construir um pensamento decolonial, democrático e antirracista.

---

118 BASTOS, *Niterói, terra de índio...* p. 67

## FONTES

BENÍCIO, Manoel. Os feitos de Ararigboia. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, nº 6465, 22 de novembro de 1906, p. 1

\_\_\_\_\_. Ararigboia de A. Parreiras. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, nº 7563, de 1 de dezembro de 1909, p.2

FAZENDA, Vieira. Quadro Histórico I. *A Notícia*. Rio de Janeiro, ano XVI, nº 302 de 26 de dezembro de 1909

O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, nº 4604, de 12 de julho de 1901, p.3

Entrevista realizada no dia 03 de julho de 2019 com Dna Deolinda Avellar, Biblioteca Municipal do Cocotá, Ilha do Governador. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=9WFsrpycVmc&t=21s> >

Entrevista realizada no dia 13 de dezembro de 2020 na residência do seu Jaime Moraes.

Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=yMWgQ\\_4iP3A&t=907s](https://www.youtube.com/watch?v=yMWgQ_4iP3A&t=907s) >

Entrevista realizada no dia 18 de março de 2022 com o músico Augusto da Silva Gomes (Gugu das candongas). Disponível em <

[https://drive.google.com/file/d/1LSlAt4uecKhToJd7HxQhW6fS\\_5EqSR5H/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1LSlAt4uecKhToJd7HxQhW6fS_5EqSR5H/view?usp=sharing) >

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2022 com o professor Juberto Santos.

Disponível em <

<https://drive.google.com/file/d/1LrwJuMj1Z8cGVIDVaQcVQfkVaN3XJLBw/view?usp=sharing> >

*O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, nº 163, p.8, 12 de abril de 1879. Acervo: AEL-UNICAMP

**BIBLIOGRAFIA**

ALBERTI, Verena. *Historias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi(Org.). *Fonte históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006

BASTOS, Lia Vieira Ramalho. *Niterói, terra de índio: apagamentos, silenciamentos e reapropriações em torno de Arariboia*. Niterói, Eduff, 2018

BELTRÃO, Maria da Conceição Moraes Coutinho. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forence Universitária: Instituto Estadual do Livro, 1978.

BICALHO. B.; FERNANDA, Maria. *A França Antártica, o curso, a conquista e a peçonha luterana*. *História* (São Paulo), v. 27, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a04v27n1>; Acesso em: 31/08/2021

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. *Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacazes, temiminós, portugueses e franceses na Capitania do Espírito Santo*. *Periódicos UFES*, 2015, Artigos. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/download/11782/8478>> Acesso em 28 de Maio de 2019.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: *Variedades da História Cultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 67 -89

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidencia histórica*. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. — São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. *Nova História Indígena: o protagonismo dos índios*. In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/nova-historia-indigena-recuperando-o-protagonismo-dos-indios/>. Publicado em: 17 abr. 2017. ISSN: 2674-5917.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006.

FREIRE, J. R. B. *Cinco ideias equivocadas sobre os índios*. In *Revista do Centro de estudos do Comportamento Humano (CENESCH)*. Nº 01 — setembro 2000. P.17 – 33. Manaus – Amazonas.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernandes Malheiros. *Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009

GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

GASPAR, Madu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia da Letras, 1987.

HALBSWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo. Centauro, 2003

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: companhia das letras, 1995.

IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro, 2ed: Maua x, 2013.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz – Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 2000, cap. 2, p. 31 – 45.

KNAUSS, Paulo (coord.). *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói Livros: Niterói, 2003.

LEITE, Serafim, J. S. *Páginas da história do Brasil*. São Paulo. Nacional, 1937.

LERY, Jean de (1534-1592). *Viagem `a terra do Brasil*. São Paulo. Edusp; Belo Horizonte; Itatiaia, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de janeiro, vol. 1, nº 2, 1996. P. 73 – 98.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994

MOTTA, Marcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1997

MOREL, Marco. *O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais*. Maracanan. Rio de janeiro, nº 3, pp. 17 - 30, 2005/2007

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 — 1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória, 3ªed: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008

OLIVEIRA, Maria Rosalina de; VASQUEZ, Mauricio (Org.). *São Lourenço*. Niterói, RJ: Fundação de arte de Niterói, 2006, 80p.

PARAGÓ, Renata Mallet Soares. *ARARIBOIA – índio, fidalgo e monumento: diferentes regimes de participação indígena na História do Brasil*.2017. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017

PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Moreira, Maximínio e Cia., 1878.

POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silencio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 2112.

POLONI-SIMARD, Jacques. “A América espanhola: uma colonização de Antigo Regime”. In: FERRO, Marc (Org.) *O livro negro do colonialismo*. Tradução Joana Angélica DÁvila Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004

POSSAMAI, Rita Rosane. *Fotografia, História e Vistas urbanas*. História. São Paulo, 2008

PRINS, Gwyn. *História e Fonte oral*. Nº 9, História e Etnologia. 1993, pp. 21-43

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 605p. 1991.



ROUSSO, Henry. “ A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93 – 101.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil. 1500 – 1627*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1982.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 62, n 14, série 3, p. 110 – 300, 1854<sup>a</sup>.

SILVEIRA, Janaína. “ARARIBOIA” – UMA HISTÓRIA E UMA ALEGORIA DA HISTÓRIA, ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7<sup>a</sup> ed., São Paulo e Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.


ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa — algumas considerações metodológicas*. p. 89 — 102

## ANEXOS

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\_detalhes.php?8864

**Ministério da Cultura**  
Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**  
CNSA / SGPA\*



**IPHAN**  
Centro Nacional de Arqueologia - CNA

---

- CNSA RJ00258 -

**Nome do sítio:** Aldeia Tupi da Estação Rádio da Marinha  
**Outras designações e siglas:** GB-19 - Sambaqui (?) do Jequiá / Aldeia Tupi do Instituto de Pesquisa da Marinha **CNSA:** RJ00258  
**Município:** Rio de Janeiro **UF:** RJ

**Descrição sumária do sítio:** Remanescente de antiga aldeia Tupi, com cerca de 500m de diâmetro, contendo, em associação, estratigráfica, restos de cultura material indígena e europeia.  
**Sítios relacionados:**

---

**Comprimento:** 0m    **Largura:** 0m    **Altura máxima:** 0m    (a partir do nível do solo)  
**Área:** 0m<sup>2</sup>    **Medição:**  Estimada     Passo     Mapa     Instrumento

**Unidade geomorfológica:**  
**Compartmento topográfico:**  
**Altitude:** 0m (com relação ao nível do mar)  
**Água mais próxima:** Rio Jequiá  
**Distância:** 0m  
**Rio:**  
**Bacia:**

---

**Vegetação atual**

Floresta ombrófila     Savana (cerrado)  
 Floresta estacional     Savana-estépica (Caatinga)  
 Campinarana     Estepe  
 Capoeira    **Outra:** Arbórea, arbustiva

**Uso atual do terreno**

Atividade urbana     Pasto  
 Via pública     Plantio  
 Estrutura de fazenda     Área devoluta  
**Outro:** Casas e estradas

**Propriedade da terra**     Área pública     Área privada     Área militar     Área indígena  
**Proteção legal**  
**Em área tombada**     Unid. de conservação ambiental     Federal     Patrim. da humanidade  
 Municipal     Estadual

---

**Categoria**

Unicomponencial     Pré-colonial  
 Multicomponencial     De contato  
 Histórico

**Tipo de sítios:** Aldeamento Tupi  
**Forma:**  
**Tipo de solo:**

**Estratigrafia:**  
**Contexto de deposição**     Em superfície     Em profundidade  
**Exposição**     Céu aberto     Abrigo sob rocha     Gruta     Submerso  
 Outra:

---

\* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de Julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

1 de 3

25/9/2017 14:31

*Anexo I: Cadastro de Sítios Arqueológico do IPHAN - Aldeia tupi da Estação Rádio da Marinha*

07/02/2019

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Ministério  
da Cultura**

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

**Cadastro Nacional de  
Sítios Arqueológicos  
CNSA / SGPA\***

**IPHAN**  
Centro Nacional de Arqueologia - CNA

- CNSA RJ01184 -

**Nome do sítio:** Sambaqui do Galeão**CNSA:** RJ01184**Outras designações e siglas:****UF:** RJ**Município:** Rio de Janeiro

**Descrição sumária do sítio:** Sambaqui localizado no bairro Galeão, próximo a Base Aérea do Galeão. O sítio encontra-se altamente destruído, pela construção da Av. Coronel Meier, que cortou a porção Norte do Sítio, assim como da passagem de rede elétrica na porção Oeste e das obras...

**Sítios relacionados:** Sambaqui das Pixunas (GB18), Sambaqui da Praia do Espinheiro (GB21), Sambaqui ou aldeamento Tupi-Guarani do Jequiá (GB22) (Beltrão, 1978)

**Comprimento:** 0m      **Largura:** 0m      **Altura máxima:** 0.4m      (a partir do nível do solo)

**Área:** 0m<sup>2</sup>      **Medição:**  Estimada       Passo       Mapa       Instrumento

**Unidade geomorfológica:****Compartimento topográfico:** Planície**Altitude:** 5m (com relação ao nível do mar)**Água mais próxima:** Mar da Baía de Guanabara**Distância:** 900m**Rio:****Bacia:**

<b>Vegetação atual</b> <input type="checkbox"/> Floresta ombrófila <input type="checkbox"/> Savana (cerrado) <input type="checkbox"/> Floresta estacional <input type="checkbox"/> Savana-estépica (Caatinga) <input type="checkbox"/> Campinarana <input type="checkbox"/> Estepo <input type="checkbox"/> Capoeira <b>Outra:</b> Mangue		<b>Uso atual do terreno</b> <input type="checkbox"/> Atividade urbana <input type="checkbox"/> Pasto <input type="checkbox"/> Via pública <input type="checkbox"/> Plantio <input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda <input type="checkbox"/> Área devoluta <b>Outro:</b>	
<b>Propriedade da terra</b> <input type="checkbox"/> Área pública <input checked="" type="checkbox"/> Área privada <input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena <b>Outra:</b>		<input type="checkbox"/> Área militar <input type="checkbox"/> Área indígena	
<b>Proteção legal</b> <input type="checkbox"/> Unid. de conservação ambiental <b>Em área tombada</b> <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Patrim. da humanidade			

<b>Categoria</b> <input checked="" type="radio"/> Unicomponencial <input checked="" type="checkbox"/> Pré-colonial <input type="radio"/> Multicomponencial <input type="checkbox"/> De contato <input type="checkbox"/> Histórico	<b>Tipo de sítios:</b> Sambaqui <b>Forma:</b> Não delimitada <b>Tipo de solo:</b> Arenoso
--	---

**Estratigrafia:**

**Contexto de deposição**     Em superfície     Em profundidade

**Exposição**     Céu aberto     Abrigo sob rocha     Gruta     Submerso  
 Outra:

\* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

# Obras no aeroporto internacional revelam um sambaqui no Galeão

Judite Souto

*A recente descoberta de um sambaqui no Galeão é um motivo e tanto para o insulano comemorar. Trata-se de um sítio de 4.000 anos, nada menos que o vestígio mais antigo de ocupação humana da Ilha do Governador. Calcula-se que estes povos tenham se instalado no litoral há cerca de 6.550 anos.*

Não é a primeira vez que se fazem importantes achados no local. Em 1978 a arqueóloga Maria Beltrão fez o levantamento de 10 sítios arqueológicos dos quais os mais antigos foram denominados Atelier do Morro das Pixumas (datado entre 500 e

1600 d. C.) e Aldeia Tupi-Guarani da Tropa de Reforço, na Praia Grande (datado entre 700 a 1.000 d. C.).

Embora a palavra sambaqui seja de origem Tupi, Tamba quer dizer conchas e Ki significa amontoado, estes sítios não foram construídos pelos povos que aqui se encontravam quando da chegada dos europeus. Na verdade, os tupis invadiram estes territórios.

Os sambaquis são elevações de forma arredondada constituídas de conchas e ossos de peixe. Também podem apresentar frutos, pedaços de madeira, sementes, esculturas em pedra e esqueletos humanos. Os sambaqueiros se caracterizavam por morar nos sambaquis, acumular restos da fauna e ali enterrar seus mortos.

Segundo a arqueóloga Maria



Divulgação/EP/Agência

Dulce Gaspar, responsável pelas pesquisas no Galeão, em seu livro *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*, para garantir alimentos todos os dias do ano, os sambaqueiros se estabeleciam perto de enseadas, canais, rios, lagunas, manguezais e florestas. "Se o mar estivesse bravo ou se o peixe não encostasse, o alimento poderia ser conseguido nas lagunas ou no mangue. As matas garantiam uma eventual caça e uma série de frutos e sementes. A ocupação de pontos estratégicos permitia o acesso a diferentes ambientes e, assim, o estabelecimento de uma população sedentária".

O sambaqui encontrado no Galeão possui 4 metros de extensão, 40 centímetros de largura e 4 metros de profundidade. Ainda que haja mais de uma centena de sambaquis datados no Brasil, é surpreendente

que o da Ilha do Governador tenha resistido por tanto tempo uma vez que está situado no local que abrigou o maior número de fábricas de cal de conchas do Estado do Rio de Janeiro.

Desde o século XVI, as conchas eram matéria-prima para a fabricação de cal, material empregado na argamassa e no revestimento das construções civis. A coleta foi mais intensa durante o século XIX e era realizada por fabricantes de Niterói e do Rio de Janeiro (Irajá, Angra dos Reis, Paqueta e Ilha do Governador) que extraíam o material das praias e do fundo da Baía de Guanabara. A retirada de conchas de sambaquis foi uma prática recorrente que levou à sua devastação. O fato de estar situado em uma área urbana torna o sítio encontrado na Ilha do Governador ainda mais valioso.

Anexo 3- Matéria do jornal Ilha Repórter: Sambaqui do Galeão



## FICHA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Nome completo do entrevistado: .....

.....

Nacionalidade: .....

Estado civil: .....

Profissão: .....

Identidade nº: .....

Órgão emissor: .....

CPF nº: .....

Endereço completo (Logradouro, número, bairro, cidade, estado): .....

.....

Data da entrevista: .....

Local da entrevista: .....

Data de nascimento: .....

Local de nascimento: .....

**Questionário**

Nome:

Rose Maria

(Opcional)

1) Qual o seu grau de instrução?

 Ensino Fundamental incompleto     Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto     Ensino Médio completo     Ensino Superior incompleto     Ensino Superior completo

2) Gênero

 Masculino     Feminino     Prefiro não definir

3) Estudou a maior parte do tempo em escola pública ou escola privada?

 Pública     Privada

4) Qual a sua idade?

68 anos

5) Você nasceu na Ilha do Governador?

 Sim     Não

6) Você mora na Ilha do Governador?

 Sim     Não

7) Há quanto tempo mora na Ilha do Governador?

 Entre 1 e 3 anos     entre 4 e 9 anos     mais de 10 anos     Mais de 15 anos Mais de 20 anos     Mais de 30 anos

8) Você já estudou em alguma escola na Ilha do Governador?

 Sim     Não

9) A maior parte dos seus estudos você frequentou em escolas na Ilha do Governador ou fora da Ilha do Governador?

 Na Ilha do Governador     Fora da Ilha do Governador

10) Você sabe algum fato histórico sobre o passado indígena da Ilha do Governador?

- Sim  Não
- 11) Você sabe quem foi Araribóia?  
 Sim  Não
- 12) Caso você saiba quem foi Araribóia, onde você aprendeu sobre ele?  
 Na escola  Na igreja  Com os pais  Com os amigos  Livros  
 Jornais ou revistas  Internet
- 13) Você conhece algum monumento em homenagem a alguma figura indígena ou a Araribóia na Ilha do Governador?  
 Sim  Não
- 14) Como você ficou sabendo sobre esse monumento?  
 Na escola  Na igreja  Com os pais  Com os amigos  Livros  
 Jornais ou revistas  Internet  Já visitei o monumento
- 15) Você acha que na Ilha do Governador deveria ter algum monumento em homenagem a Arariboia?  
 Sim  Não  Indiferente
- 16) Se sim, por que você acha que Arariboia deveria ser homenageado?  
 Porque é um herói  Porque a coisa ruim que fez jamais deve ser esquecida
- 17) Você considera o ensino da História Local ou Regional importante para o aprendizado da História?  
 Sim  Não
- 18) Você considera que o Ensino da História Local deve estar presente em que nível de escolaridade?  
 Ensino Fundamental  Ensino Médio  Ensino Fundamental e Médio  
 Apenas no Ensino Superior  Em todos os níveis de ensino
- 19) Você considera que história dos indígenas brasileiros ensinada nas escolas é:  
 Boa  Ruim  Suficiente  Insuficiente
- 20) Os livros didáticos com que você estudou na escola dão mais importância a que tipo de história?  
 História da Europa  História da África  História do Brasil  História indígena  
 História da América